



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NITEROI
TELEFONE: 21 26200403

PROTOCOLO N°: 040000847/2018 **Nº CONTROLE:** 2290425 **CGM:** 8846
TITULAR: MUNICIPIO DE NITEROI
CNPJ: 28521748000159 **TELEFONE:** 2126136568
REQUERENTE: SECONSER
ASSUNTO: SECONSER - ADMINISTRATIVO
LOGRADOURO: VISCONDE DE SEPETIBA, 987
BAIRRO: CENTRO
MUNICIPIO: NITEROI
DATA: 23/05/2018
USUÁRIO QUE CRIOU O PROCESSO: DECIO CORREA FILHO
OBS.:

TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003/18

ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA	DOC. ANEXOS

16/05/18 17/05

2

O LIVRO
200710



OF. SECONSER nº 329/2018

Niterói, 23 de maio de 2018.

Considerando, a publicação ocorrida no dia 31/03/2018, no Jornal O Fluminense (ofluminense.com.br), no qual a Prefeitura Municipal de Niterói, informou o “pacote de investimentos” que acarretará aumento significativo na infraestrutura e qualidade urbana, no biênio 2018/2019, tendo como principais focos de intervenção as áreas de acessibilidade, infraestrutura, mobilidade, reordenamento urbano, saúde, educação, esporte e cultura;

Considerando que o “pacote de investimentos” tem como dos principais objetivos a implantação de mais praças no município, melhorias na infraestrutura urbana da Trans Oceânica, com a inclusão de 8 km de paisagismo, além da manutenção e corte de gramas, revitalização de parques e praças da cidade;

Considerando, que a contratação é de tamanha importância, vez que, elimina riscos potenciais à população do município, pois majoraria a prestação de serviços essenciais aos munícipes, tendo como o principal objetivo, o atendimento de necessidades públicas permanentes;

Embora seja de fundamental importância à vida de uma cidade, as árvores podem entrar em conflito com os equipamentos públicos e outros elementos do espaço urbano, mesmo quando realizado um bom planejamento na arborização. Dentre os problemas enfrentados pela Seconser, em uma demanda crescente, estão os riscos de morte de transeuntes, as quedas sobre veículos e o comprometimento da iluminação pública, prejudicando a segurança.

Considerando, a significativa importância da natureza do serviço, tendo como o principal objetivo, o atendimento de necessidades públicas permanentes, que são de interesse da Administração Pública.

Considerando, que a manutenção dos serviços, que apresentam-se de caráter essencial, ocorrem pela necessidade do Município, consistindo em manter equipes atuantes diariamente para execução e manutenção das áreas públicas, contribuindo para segurança da população.

Vimos solicitar o parecer, quanto à viabilidade jurídica para formalização do Termo Aditivo, que tem como escopo o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o objeto do contrato 03/2018, a contar de 01/06/2018.

DAYSE NOGUEIRA MONASSA

Secretaria Municipal de Conservação
e Serviços Públicos

Ao Ilustríssimo Senhor
CARLOS RAPOSO
Procurador Geral do Município

23/05/2018

www.ofluminense.com.br/en/cidades/obras-e-reformas-à-vista-em-niterói

AO) 847/18

03
Luis Silva
22/07/18

OFLUMINENSE

(/en)



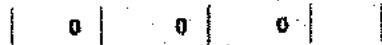
http://twitter.com/O_Fluminense <http://www.facebook.com/ofluminense> <http://instagram.com/ofluonline/>

AQUI

(<https://assinaturas.ofluminense.com.br>)

Cidades (/en/cidades)

Obras e reformas à vista em Niterói



Vinícius Rodrigues em 31/03/2018 06:00



Locação de Escoras

vigoandaimes.com.br

Locação Fácil e Sem Burocracia Vem Pra Vigo



Prefeito anuncia mais R\$ 500 milhões em investimentos para a cidade

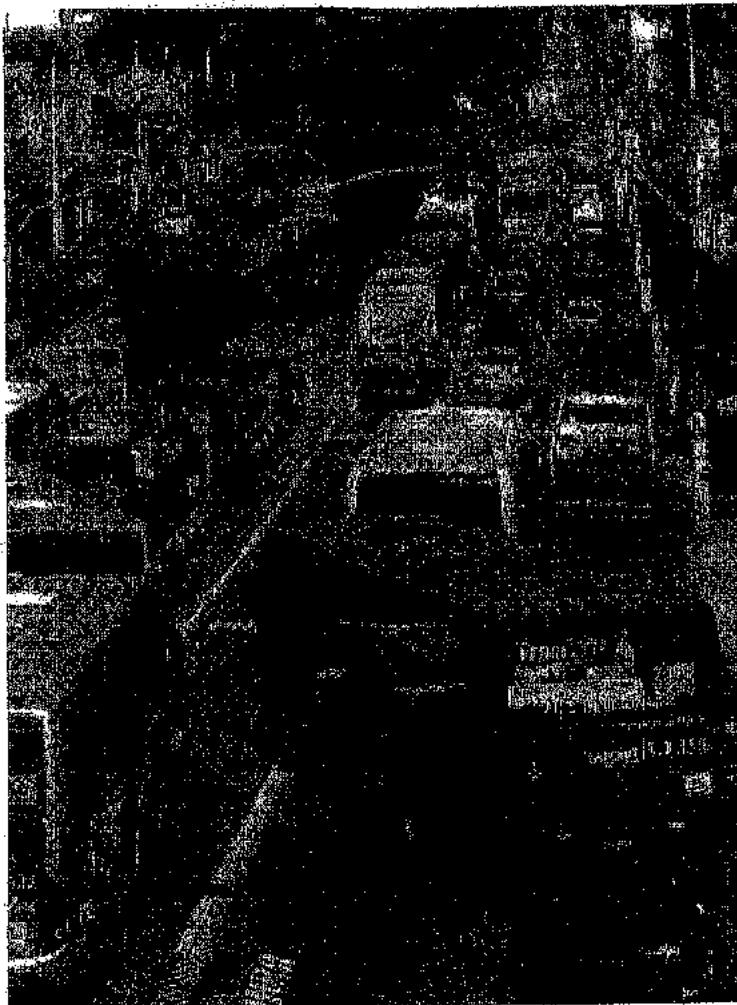
10/897/18

04

Luis Silva
2289713

23/05/2018

www.ofluminense.com.br/en/cidades/obras-e-reformas-a-vista-em-niteroi



Sinalizado eletrônico será instalado nas baías da Alameda São Boaventura.

Foto: Evelen Gouvêa

Niterói vai receber um pacote de investimentos ainda para este ano - e para 2019 - na ordem de 526,5 milhões, anunciou o prefeito Rodrigo Neves. A verba, que já está garantida, é proveniente de recursos próprios, Parcerias Público-Privadas (PPP), Corporação Andina de Fomento (CAF) e do Banco Interamericano (BID). Os investimentos serão voltados para infraestrutura e qualidade urbana para vários bairros de Niterói. Entre as principais intervenções estará a modernização, acessibilidade, infraestrutura e melhorias da performance do corredor viário da Alameda São Boaventura, no Fonseca, além da implantação de uma nova maternidade e Centro de Imagens no município.

Segundo o prefeito Rodrigo Neves, os investimentos se darão em três etapas: projetos iniciados já a partir do primeiro semestre, editais de licitação para o início das obras no próximo semestre e editais para os projetos executivos que se iniciarão. O lançamento dos projetos será no próximo dia 9 de abril.

De acordo com Rodrigo Neves, neste dia será lançado o edital das obras de infraestrutura, drenagem, macrodrenagem e urbanização do bairro Santo Antônio, na Região Oceânica. O objetivo é iniciar as obras já neste semestre. O valor estimado para as intervenções é de R\$ 76

10/03/18

OS

LUIZ SIlVA
22/03/18

25/05/2018

www.ofluminense.com.br/pt-br/cidades/obras-e-reformas-à-vista-em-niterói

milhões: "Diversas ruas receberão essas melhorias e, assim como os cidadãos do Catubá, Fazendinha, Romanda Gonçalves e outros da Região Oceânica, moradores verão essa transformação urbana", disse Rodrigo.



Prefeito Rodrigo Neves anunciou investimentos em mais de 500 milhões de reais no município.

Foto: Douglas Macedo

Ainda neste mês de abril, Rodrigo anuncia que haverá obras de infraestrutura, drenagem e pavimentação no Jacaré, também na Região Oceânica, o investimento será de R\$ 5 milhões. Ainda no primeiro semestre, Rodrigo contou que haverá um edital para as obras no bairro Maravista, Serra Grande e em torno da Avenida Central, cujo investimentos serão na ordem de R\$35 milhões.

"Em abril, vamos lançar, para a Região Oceânica, um projeto executivo de mais 50 quilômetros de ciclovias, cujo investimentos serão na ordem de R\$ 30 milhões. Vamos lançar também o edital do Projeto Executivo do Parque-Orla, da Lagoa de Piratininga. As obras começarão no segundo semestre e o investimento é na ordem de R\$ 15 milhões", explicou Rodrigo.

O prefeito disse ainda que na próxima semana será lançado o edital do Projeto Executivo da revitalização da Praça Arariboia, orla de Icaraí e orla de Charitas. Para isso, serão investidos R\$ 35 milhões, no entanto, o prefeito não deu detalhes do que será feito.

Será anunciado no dia 9 de abril o projeto da nova maternidade e Centro de Imagens de Niterói, promessas de campanha do prefeito para o seu segundo mandato. Para essas intervenções, serão investidos R\$ 45 milhões.

Zona Norte - O prefeito garantiu ainda que haverá, a partir deste semestre, o início das obras de

403847111 06
Luis Silva
22/5/18



Praça Arariboia, no Centro, também vai passar por revitalização.

Foto: Evelen Gouvêa

cujo investimentos serão de R\$ 20 milhões.

Já no Barreto, o Parque Palmir Silva, popularmente conhecido como 'Horto do Barreto' começará a ser revitalizado ainda neste semestre. Segundo o prefeito, no espaço será implantado o primeiro jardim japonês da cidade. Todo o custo será de R\$ 1,5 milhão.

Um dos projetos mais emblemáticos e ousados da Prefeitura de Niterói custará R\$ 90 milhões e terá o projeto executivo anunciado no próximo dia 9. Quando será lançado o projeto Executivo da modernização, acessibilidade e infraestrutura de um moderno corredor de transportes na Alameda São Boaventura, no Fonseca. As baías receberão intervenções em calçadas, iluminação de led e reforma nas estações.

"Vai melhorar muito a mobilidade e o trânsito, porque, por meio eletrônico, os usuários poderão acessar os ônibus. Então você não precisa que todos os ônibus entrem nas baías, como acontece hoje. O usuário vai acessar um sistema eletrônico", disse Rodrigo sem entrar em detalhes.

Também na próxima semana será lançado o edital das obras de infraestrutura na Igrejinha e no Caramujo, ao custo de R\$ 20 milhões.

Também será lançado o edital do projeto executivo de restauração da Ilha da Boa Viagem. Segundo Rodrigo, será feita toda a infraestrutura da ilha.

10/05/2018

05/05/2018
23/05/2018

Prefeitura anuncia mais de meio bilhão em investimentos no biênio 2018/2019

09/04/2018 — A Prefeitura de Niterói investirá R\$ 526,5 milhões nos próximos dois anos nas áreas de infraestrutura, mobilidade, reordenamento urbano, saúde, educação, esportes e cultura. O anúncio foi feito pelo prefeito Rodrigo Neves nesta segunda-feira (09/04), no Teatro Popular Oscar Niemeyer. Durante a cerimônia, o prefeito assinou a ordem de início das intervenções que terão começarão neste mês de abril e a liberação de recursos para outros projetos. No biênio 2018/2019 sairão do papel obras importantes, com a reurbanização da Alameda São Boaventura, obras de contenção de encostas na Ilha da Boa Viagem, Santo Antônio e Caramujo e a construção de um complexo esportivo público na Concha Acústica.



"Temos um governo transparente, que não tem medo de prestar contas à sociedade e de ser fiscalizado. Nesses cinco anos estimulamos a participação dos niteroienses no nosso planejamento estratégico e é isso que estamos fazendo hoje. Estamos lançando um plano de investimento robusto que visa desenvolver, de maneira integrada, diversas áreas da nossa cidade, como a infraestrutura, mobilidade urbana, saúde e educação", explicou o prefeito.

O bairro Santo Antônio, na Região Oceânica, receberá obras de infraestrutura, drenagem, urbanização, pavimentação e transformação urbana orçadas em R\$ 86 milhões. A prefeitura também fará obras de infraestrutura, drenagem, pavimentação e contenção de encosta no Caramujo, com investimento de R\$ 28 milhões.

Outra obra será a implantação do novo Horto do Barreto, com o primeiro Jardim Japonês de Niterói e um parque público nos moldes do que foi feito no Horto do Fonseca, orçados de R\$ 1,5 milhão.

A contenção da encosta da Ilha da Boa Viagem, com investimento de R\$ 6 milhões, também foi contemplada.

Projetos — O maior investimento será para o projeto de reurbanização da Alameda São Boaventura, no Fonseca, que irá consumir R\$ 90 milhões. O prefeito assinou a liberação de recursos para o projeto executivo das obras que farão intervenções de reurbanização e mobilidade, com soluções para o trânsito, acessibilidade e paisagismo em toda a via.

A Praça Arariboia, no Centro, e as orlas de Icarai e Charitas também receberão obras de reurbanização, com ciclovias, novos quiosques e paisagismo ainda este ano. O projeto executivo prevê investimento de R\$ 35 milhões.

Foram liberados recursos para o edital de chamamento para a gestão do espaço Nova Geração, que oferecerá atividades esportivas e culturais, além de cursos de capacitação, nos dois CIEPs que foram municipalizados no Fonseca e no Cantagalo.

A prefeitura também investirá R\$ 7 milhões para a restauração do prédio dos escoteiros na ilha e das escadarias de acesso, são fundamentais para que a ilha, um importante ponto turístico da cidade, seja reaberta ao público.

O evento marcou ainda o lançamento do projeto da construção de um ginásio público esportivo na Concha Acústica, com investimento de R\$ 10 milhões.

"Esse é um plano de ação que vai guiar os investimentos na cidade pelos próximos três anos. Diante de uma crise sem precedentes, a gestão teve coragem, se planejou e tomou as medidas de austeridade necessária para garantir novos investimentos sem aumentar impostos ou cortar programas sociais", apontou a secretária municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle, Giovanna Victer.

O pacote de investimentos também inclui as PPPs do Mercado Municipal e da Iluminação Pública e o Parque Orla de Piratininga.

Balanço — Na solenidade, o secretário Executivo Axel Grael também apresentou um balanço das realizações da prefeitura no ano passado, como a conclusão de obras importantes, como o túnel Charitas-Cafubá, que era uma obra esperada há décadas e está mudando a mobilidade urbana, obras de encostas em toda a cidade, o novo Centro de Tratamento de Resíduos (CTR), no Morro do Céu, que deve transformar a cidade em modelo para descarte de resíduos.

"Um dos compromissos da gestão é com Educação. A prefeitura também está construindo a UMEI do Preventório, que será a 23ª unidade entregue pela atual gestão municipal. A unidade vai atender a cerca de 360 crianças em tempo integral na faixa de 2 a 6 anos", explicou o secretário.



PREFEITURA
NITERÓI
CONSERVAÇÃO
E SERVIÇOS PÚBLICOS

10/8/2018
Processo nº 2885
Luis Silva
23/07/18

CONTRATO N° 03/18

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
NITERÓI, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE
CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS E A
TRINITY COMÉRCIO SERVIÇOS E
MANUTENÇÃO LTDA.

Pelo presente instrumento particular, de um lado, o MUNICÍPIO DE NITERÓI, tendo como gestora a SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS – SECONSER, neste ato representado pela SECRETÁRIA DAYSE NOGUEIRA MONASSA, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade nº 0178680115-7, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 642.121.577-42 doravante denominada Secretaria, sendo a SECONSER sediada na Rua Avenida Visconde Rio Branco nº 11, Ponta D' Areia – Niterói – Rio de Janeiro, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, na qualidade de contratada, TRINITY COMÉRCIO SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA, com sede na Rua Glisson Geraldo Guimarães, s/nº, Quadra B, Lote 01, Caixa D'Agua, Rio Bonito , Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.737.751/0001-37, neste ato representada por seu sócio administrador, UERLES DA SILVA MACEDO, brasileiro, casado, empresário , portador do RG nº 08.187.298, expedida pelo DETRAN/RJ e CPF nº 980.735.917-15, assinados, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e convencionam, para determinar e esclarecer as obrigações e compromissos recíprocos que assumem nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993, e demais normas e Leis que regem a matéria, na forma das cláusulas que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviço de apoio técnico em serviços comuns de engenharia, para auxílio na operação de conservação e manutenção de áreas verdes, parques e jardins do município de Niterói, com inclusão de ferramentas, uniformes e equipamentos de uso próprio dos funcionários, sem fornecimento de peças, materiais e/ou componentes, conforme especificações constantes no Termo de Referência do Objeto, no Projeto Básico, que integram o presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da Ordem de Início de Serviços a ser emitida pela Contratante.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da CONTRATADA seja mais vantajosa para o CONTRATANTE.



AN/84/7118

09

Luis Silva
22/05/16

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisóriamente e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- I) conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, Projeto Básico, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- II) prestar o serviço no endereço constante da Proposta Detalhe ou Termo Referência;
- III) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- IV) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- V) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- VI) responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- VII) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- VIII) observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, designar e manter preposto, no local do serviço, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;
- IX) elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- X) manter em estoque um mínimo de ferramentas e componentes de reposição regular e necessários à execução do objeto do contrato;

50) 897118

10

Luis Silva
2200716



- XI) manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- XII) cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas;
- XIII) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE, aos usuários ou terceiros.
- XIV) executar os serviços objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidas pelo CONTRATANTE;
- XV) manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto para tratar com o CONTRATANTE;
- XVI) selecionar rigorosamente os empregados que prestarão os serviços contratados, encaminhando elementos de boa conduta e demais referências e tendo suas funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, bem como colocar para a prestação dos serviços de motorista, somente pessoas detentoras de Carteira Nacional de Habilitação Categoria "E" ;
- XVII) colocar, imediatamente, à disposição do CONTRATANTE, após o recebimento " Ordem de Serviço" o pessoal necessário à sua execução;
- XVIII) apresentar a relação nominal dos empregados alocados, anexada dos seus respectivos currículos, mencionando, inclusive, o endereço residencial de cada um deles, comunicando qualquer alteração;
- XIX) prever o pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;
- XX) fornecer uniformes e seus complementos à mão de obra envolvida, na cor e tecido conforme os padrões da CONTRATADA;
- XXI) comunicar à fiscalização do CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do Contrato;
- XXII) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
- XXIII) diligenciar no sentido de que seus empregados cumpram rigorosamente os horários estabelecidos pelo CONTRATANTE, devendo ainda serem substituídos nos casos de faltas, ausência legal ou férias, de maneira a não prejudicar o bom andamento e a boa execução dos serviços;
- XXIV) registrar e controlar diariamente a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências nos locais de serviços; e
- XXV) manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- XXVI) A CONTRATADA se responsabilizará, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com ferramentas e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços, até o seu término.



10/18/2018

17

Luis Silva
27/07/2018

XXVII) A CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pelos ônus trabalhistas gerados por seus empregados, que porventura serão utilizados por força da execução do presente contrato.

XXVIII) Em caso do ajuizamento de ações trabalhistas pelos empregados da CONTRATADA ou da verificação da existência de débitos previdenciários, decorrentes da execução do presente contrato pela CONTRATADA, com a inclusão do Município do Niterói no pólo passivo como responsável subsidiário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o correspondente a três vezes o montante dos valores em cobrança, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência.

XXIX) Cumprir as normas previstas na Resolução CONAMA nº 307/2002.

XXX) A retenção prevista será realizada na data do conhecimento pelo Município de Niterói da existência da ação trabalhista ou da verificação da existência de débitos previdenciários.

XXXI) A retenção somente será liberada com o trânsito em julgado da decisão de improcedência dos pedidos ou do efetivo pagamento do título executivo judicial ou do débito previdenciário pela Adjudicatária.

XXXII) Em não ocorrendo nenhuma das hipóteses previstas nos itens anteriores, o CONTRATANTE efetuará o pagamento devido nas ações trabalhistas ou dos encargos previdenciários, com o valor retido, não cabendo, em nenhuma hipótese, resarcimento à CONTRATADA.

XXXIII) Ocorrendo o término do contrato sem que tenha se dado a decisão final da ação trabalhista ou decisão final sobre o débito previdenciário, o valor ficará retido e será pleiteado em processo administrativo após o trânsito em julgado e/ou o pagamento da condenação/dívida.

XXXIV) As licitantes deverão fazer pesquisa minuciosa do serviço a ser executado, não as isentando de responsabilidade sobre a correta avaliação dos seus orçamentos e planejamento de serviços, arcando com os eventuais prejuízos consequentes.

XXXV) As licitantes deverão aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65,§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA se responsabilizará, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços, até o seu término.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pelos ônus trabalhistas gerados por seus empregados, que porventura serão utilizados por força da execução do presente contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Em caso do ajuizamento de ações trabalhistas pelos empregados da CONTRATADA ou da verificação da existência de débitos previdenciários, decorrentes da execução do presente contrato pela CONTRATADA, com a inclusão do Município do Niterói no pólo passivo como responsável subsidiário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o correspondente a



602) 847118

12

Luis Silva
28/07/16

três vezes o montante dos valores em cobrança, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência.

PARÁGRAFO QUARTO – A retenção prevista no parágrafo anterior será realizada na data do conhecimento pelo Município de Niterói da existência da ação trabalhista ou da verificação da existência de débitos previdenciários.

PARÁGRAFO QUINTO – Somente será liberada com o trânsito em julgado da decisão de improcedência dos pedidos ou do efetivo pagamento do título executivo judicial ou do débito previdenciário pela Adjudicatária.

PARÁGRAFO SEXTO – Em não ocorrendo nenhuma das hipóteses previstas no parágrafo quarto, o CONTRATANTE efetuará o pagamento devido nas ações trabalhistas ou dos encargos previdenciários; com o valor retido, não cabendo, em nenhuma hipótese, resarcimento à CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Ocorrendo o término do contrato sem que tenha se dado a decisão final da ação trabalhista ou decisão final sobre o débito previdenciário, o valor ficará retido e será pleiteado em processo administrativo após o trânsito em julgado e/ou o pagamento da condenação/dívida.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os pagamentos decorrentes da presente prestação de serviços, ocorrerão por conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2018:

PROGRAMAS DE TRABALHO: 260115.452.0010.3017

FONTES: 108

NATUREZA DE DESPESA: 339039

Com cobertura inicial, através da **Nota de Empenho:000335/2018**, no valor de R\$ 3.025,000,00 (três milhões e vinte e cinco mil reais), referente aos pagamentos de fevereiro a dezembro de 2018. As notas de empenho relativas aos futuros pagamentos serão emitidas oportunamente.

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas referentes aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

Dá-se à este contrato o valor total de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais)

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.



10/8/18/18

13

Luis Silva
22/8/18

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 2 (dois) membros designados pela Secretaria de Conservação e Serviços Públicos, conforme ato de nomeação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstaciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, que deverá ser elaborado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a entrega do serviço;
- b) definitivamente, mediante parecer circunstaciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de 10 (dez) dias, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO – A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da CONTRATADA. A CONTRATADA deverá manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares do CONTRATANTE, porém sem qualquer vínculo empregatício, ficando certo, que não haverá subordinação direta dos prepostos da CONTRATADA a CONTRATANTE, não existindo portanto, qualquer relação de pessoalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND), a Certidão Negativa de Débitos de tributos e Contribuições Federais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.



PARÁGRAFO TERCEIRO – A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos PARÁGRAFOS SEGUNDO e TERCEIRO ensejará a retenção do valor do pagamento da parcela(s) devida(s), que só poderá ser realizado mediante a regularização da falta.

PARÁGRAFO QUARTA – A comissão de fiscalização do contrato poderá a qualquer tempo, caso tome conhecimento de existência de débito trabalhistas da CONTRATADA, solicitar a autoridade superior a retenção do pagamento à CONTRATADA prevista no parágrafo terceiro da cláusula quarta.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais), cada uma delas, sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente no Banco do Brasil, agência 1251-3, conta corrente nº 124723-9, de titularidade da **CONTRATADA**, junto à instituição financeira contratada pelo Município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Município ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Município de Niterói, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento da segunda e demais parcelas mensais do contrato só será efetuado mediante demonstração do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, relativas aos empregados vinculados ao contrato, referentes ao mês anterior à data do pagamento, de acordo com o disposto no parágrafo segundo da cláusula oitava.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA deverá encaminhar a nota fiscal para pagamento em favor do Município de Niterói, CNPJ: 28.521.748/0001-59, Inscrição Estadual: Isento, endereço: Rua Visconde de Sepetiba, 987/5º andar, Centro – Niterói-RJ. Telefone: (21) 2620-0403, ramal: 227, até 48 (quarenta e oito) acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento a todos os encargos relativos à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos segundo e terceiro, o prazo para pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUINTO – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s). *DR*

40/893/18

15

Luis Silva
2007/18



PARÁGRAFO SEXTO – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGPM (índice geral de Preço de Mercado) e juros moratórios de 1% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 1% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO OITAVO – Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo IGPM, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

PARÁGRAFO NONO – O Contratado será remunerado exclusivamente pelos serviços efetivamente executados e medidos ao longo do contrato.

PARÁGRAFO - DÉCIMO - O pagamento por eventuais serviços ou itens não previstos, desde que devidamente justificados e previamente aprovados pela fiscalização e ratificados pela SECONSER, será feito com base no custo unitário constante do Sistema de Custos da EMOP. Os itens novos não constantes no Sistema de Custos da EMOP, ou de outro sistema de orçamentação referencial, terão seus preços limitados ao menor preço obtido junto à, no mínimo, três fornecedores especializados.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - prazo decadencial convencionado para o contratado solicitar o pagamento de reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora da SECONSER, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA :DO REAJUSTE DO CONTRATO

Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo IGPM, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO



O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula

quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução dos serviços, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta.
- c) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A imposição das penalidades é de competência exclusiva do CONTRATANTE, observada a regra prevista no parágrafo sexto.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A sanção prevista na alínea b desta Cláusula poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra.



6/18/2018

19.

(Signature) Luis Silva
2018/18

PARÁGRAFO TERCEIRO – A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO QUARTO – A multa administrativa prevista na alínea **b** não tem caráter compensatório, não eximindo o seu pagamento a CONTRATADA por perdas e danos das infrações cometidas.

PARÁGRAFO QUINTO – O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO SEXTO – Antes da aplicação de qualquer penalidade administrativas previstas nos itens “a”, “b” e “c”, será garantido o exercício do contraditório e ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação pessoal da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A aplicação da sanção prevista na alínea **d** é de competência exclusiva do Prefeito de Niterói e dos Secretários Municipais, devendo ser precedida de defesa do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

PARÁGRAFO OITAVO – O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

PARÁGRAFO NONO – Será remetida à Secretaria Municipal de Administração cópia do ato que aplicar qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pela CONTRATADA, a fim de que seja averbada a penalização no Registro Cadastral.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face da CONTRATANTE, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o CONTRATANTE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Município de Niterói.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

10/08/2018 18
Luis Sáva
2018/2019



PREFEITURA
NITERÓI
CONSERVAÇÃO
E SERVIÇOS PÚBLICOS

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da CEDENTE-CONTRATADA perante a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fica expressamente vedada a possibilidade de subcontratação de cooperativas.

PARÁGRAFO QUARTO - O subcontratado será responsável, junto com a Adjudicatária, pelas obrigações decorrentes do objeto do contrato, inclusive as atinentes à Contratada, descritas na cláusula décima quarta, quanto aos aspectos previdenciários e trabalhistas, nos limites da subcontratação, sendo-lhe aplicável, assim como a seus sócios, as limitações convencionais e legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante o CONTRATANTE, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, pela CONTRATADA, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no veículo de comunicação dos atos oficiais do Município e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta do CONTRATANTE, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para conhecimento, via Sistema Integrado de Gestão Fiscal - SIGFIS, de acordo com o prazo e condições estabelecidas na Deliberação TCE Nº 280/2017, ENCAMINHANDO cópias dos documentos eventualmente solicitados do contrato até 2 (dois) dias úteis a partir nos prazos e condições definidos em Deliberação própria.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca de Niterói, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



PREFEITURA
NITERÓI
CONSERVAÇÃO
E SERVIÇOS PÚBLICOS

10/02/2018

19
Luis Silva
2018/19

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Niterói, 01 de fevereiro de 2018.

DAYSE NOGUEIRA MONASSA.

SECRETARIA DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

UERLES DA SILVA MACEDO

TRINITY COMÉRCIO SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

Thonatras Lucas de O. Souza

Autentico

Até o dia 20/05/2018 os membros do CONDEPI não receberão qualquer remuneração por sua participação e/ou prestação de seus serviços, seja considerado para todos os efeitos, como de interesse público e de relevante valor social.

§ 1º - A secretaria é o provimento das despesas com o transporte, locação, acomodação e alimentação, em exercício das funções em nome do Conselho. Não serão considerados como remuneração, sendo responsabilidade da verba administrativa disponibilidade financeira.

§ 2º - C. compromisso da Conselho deve prever recursos financeiros para atender despesas relativas ao suporte que necessite com intérpretes e tradutores para eventos especiais, desde que o seu valor seja aprovado previamente pelo Plenário.

Art. 41 - O Presidente do Conselho, (G. (noventa) dias antes do término do mandato dos representantes da sociedade civil conciliaram as entidades para, no prazo de 30 (trinta) dias, promoverem a eleição dos novos membros do Conselho.

Art. 42 - Iniciada esta, após a posse, o novo Conselho se reunirá para escolha de comissões partitária, provisória, composta de 4 (quatro) membros que convocará nova reunião para, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, eleger a Diretoria Executiva.

Art. 43 - Na hipótese de ocorrerem fatos que impeçam a substituição regular dos membros do Conselho, estes terão seu mandato prorrogado até a posse oficial dos novos Conselheiros.

Art. 44 - Os casos omissos do presente Regimento Interno serão dirimidos pelo Plenário ou Conselho.

Art. 45 - O CONDEPI, após aprovação dessa Regimento, atuará junto aos poderes Executivo e Legislativo, visando a otimização da proposta orçamentária para o exercício vigente.

Art. 46 - O presente Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação, sobretudo ser modificado por quorum qualificado de 2/3 (dois terços) dos membros efetivos do CONDEPI, de acordo com Art. 8º desse Regimento.

Art. 47 - Esse Regimento Interno, entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Portarias
Port. nº 132/2018 - Nomeia HEITOR PEREIRA MOREIRA para exercer o cargo de Subsecretário, Ss., da Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle, em vaga resultante da transformação do Decreto Nº 1286/2017.
Port. nº 132/2018 - Nomeia ROMALDO SENRA RAGONE para exercer o cargo de Assessor A, CC-1, da Secretaria Municipal de Indústria, Nave, Pesca e Gás, em Vaga da extinção da Lúcia Siqueira Nunes, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. nº 135/2018 - Considera exonerada, a pedido, a contar de 16 de janeiro de 2018, ELIANA GOMORY PEREIRE ROCHA, para exercer o cargo de Diretor Geral, D.G., da Coordenadoria de Acessibilidade, do Gabinete do Prefeito.

Port. nº 136/2018 - Considera exonerada, a contar de 16 de janeiro de 2018, ELIANA GOMORY PEREIRE ROCHA, para exercer o cargo de Diretor Geral, D.G., da Coordenadoria de Acessibilidade, do Gabinete do Prefeito, em vaga da exoneração de Alineia de Quirino Merlito, dessecreto das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

EXTRATO nº 12/2018 - Contrato nº 04/2018, "SECONSER, PARTES: Município de Nilotic, tendo como gestora a SECONSER - Secretaria de Conservação e Serviços Públicos de Nilotic e a empresa SOMAR RIO DISTRIBUIDORA LTDA-EPP, OBJETO: Aquisição de saco de lixo reforçado. VERBA: Natureza das Despesas: Serviços PÚBLICOS de NILÓTICO, tendo como gestora a SECONSER - SECRETARIA DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DE NILÓTICO, do processo Administrativo nº 1286/2017, M.R. ORG. 01/09, Fazendo uso da competência e autorização mencionada no artigo 17º, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, bem como o processo administrativo nº 04/2018/1137/2017, DATA DA ASSINATURA: 30/01/2017, ficam determinados fiscais do contrato Valdir Fernandes, matrícula 240323-1; Marcelo Serisero, matrícula 124227-3; Leandro Cecchetti, matrícula 124207-3; Leandro Cecchetti, matrícula 124207-7.

EXTRATO nº 13/2018 - Contrato nº 104/2018, "SECONSER, PARTES: Município de Nilotic, tendo como gestora a SECONSER - Secretaria de Conservação e Serviços Públicos de Nilotic e a empresa GENERAL CONTRACTOR CONSTRUTORA EIRELI, OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de apoio técnico em serviços comuns de engenharia para conservação, manutenção, limpeza e higienização do Município de Nilotic, com inclusão de ferramentas, uniformes e equipamentos de uso próprio dos funcionários, despesas: 3399039, Fones: 108, Programa de Trabalho: 26.01.17.512.0132.4044, Nota de Empenho: 0334/2018.

EXTRATO nº 14/2018 - Apresenta RAIMIRO LAURINDO, Trabalhador, nível 01, pelo respeito ampio, pleno, integral e irrestrito dos direitos da

para análise de qualquer membro do Conselho denúncias referentes da pessoa física, juntamente com as respectivas documentações, após investigação das

junto aos órgãos competentes, para garantir a veracidade, diligência e eficiência, após investigação das matrícula nº 1229.638-2, Ref. Proc. Nº 202/2017,

Port. nº 138/2018 - Apresenta CARLOS AUGUSTO FONTES, Trabalhador, nível 01,

Port. nº 139/2018 - Apresenta CARLOS AUGUSTO FONTES, Trabalhador, nível 01,

Port. nº 140/2018 - Torna inabstinentes as Portarias nºs 1192 e 1195/2017, ambas

QUINTA-FERIA, 8 DE FEVEREIRO DE 2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

EXTRATO Nº 12/2018 - DESPACHOS DA SECRETARIA.

Port. nº 12/2018 - Considera exonerada, a contar de 21 de junho de 1993, bem como o processo administrativo nº 04/2018/1137/2018, DATA DA ASSINATURA: 30/01/2018, ficam determinados fiscais do contrato Valdir Fernandes, matrícula 124207-7.

Port. nº 13/2018 - Considera exonerada, a contar de 21 de junho de 1993, bem como o processo administrativo nº 04/2018/1137/2018, DATA DA ASSINATURA: 30/01/2018, ficam determinados fiscais do contrato Valdir Fernandes, matrícula 124207-7.

Port. nº 14/2018 - Considera exonerada, a contar de 21 de junho de 1993, bem como o processo administrativo nº 04/2018/1137/2018, DATA DA ASSINATURA: 30/01/2018, ficam determinados fiscais do contrato Valdir Fernandes, matrícula 124207-7.

Port. nº 15/2018 - Considera exonerada, a contar de 21 de junho de 1993, bem como o processo administrativo nº 04/2018/1137/2018, DATA DA ASSINATURA: 30/01/2018, ficam determinados fiscais do contrato Valdir Fernandes, matrícula 124207-7.

Port. nº 16/2018 - Considera exonerada, a contar de 21 de junho de 1993, bem como o processo administrativo nº 04/2018/1137/2018, DATA DA ASSINATURA: 30/01/2018, ficam determinados fiscais do contrato Valdir Fernandes, matrícula 124207-7.

Port. nº 17/2018 - Considera exonerada, a contar de 21 de junho de 1993, bem como o processo administrativo nº 04/2018/1137/2018, DATA DA ASSINATURA: 30/01/2018, ficam determinados fiscais do contrato Valdir Fernandes, matrícula 124207-7.

Port. nº 18/2018 - Considera exonerada, a contar de 21 de junho de 1993, bem como o processo administrativo nº 04/2018/1137/2018, DATA DA ASSINATURA: 30/01/2018, ficam determinados fiscais do contrato Valdir Fernandes, matrícula 124207-7.

Port. nº 19/2018 - Considera exonerada, a contar de 21 de junho de 1993, bem como o processo administrativo nº 04/2018/1137/2018, DATA DA ASSINATURA: 30/01/2018, ficam determinados fiscais do contrato Valdir Fernandes, matrícula 124207-7.

Port. nº 20/2018 - Considera exonerada, a contar de 21 de junho de 1993, bem como o processo administrativo nº 04/2018/1137/2018, DATA DA ASSINATURA: 30/01/2018, ficam determinados fiscais do contrato Valdir Fernandes, matrícula 124207-7.

Port. nº 21/2018 - Considera exonerada, a contar de 21 de junho de 1993, bem como o processo administrativo nº 04/2018/1137/2018, DATA DA ASSINATURA: 30/01/2018, ficam determinados fiscais do contrato Valdir Fernandes, matrícula 124207-7.

Port. nº 22/2018 - Considera exonerada, a contar de 21 de junho de 1993, bem como o processo administrativo nº 04/2018/1137/2018, DATA DA ASSINATURA: 30/01/2018, ficam determinados fiscais do contrato Valdir Fernandes, matrícula 124207-7.

Port. nº 23/2018 - Considera exonerada, a contar de 21 de junho de 1993, bem como o processo administrativo nº 04/2018/1137/2018, DATA DA ASSINATURA: 30/01/2018, ficam determinados fiscais do contrato Valdir Fernandes, matrícula 124207-7.

Port. nº 24/2018 - Considera exonerada, a contar de 21 de junho de 1993, bem como o processo administrativo nº 04/2018/1137/2018, DATA DA ASSINATURA: 30/01/2018, ficam determinados fiscais do contrato Valdir Fernandes, matrícula 124207-7.

Port. nº 25/2018 - Considera exonerada, a contar de 21 de junho de 1993, bem como o processo administrativo nº 04/2018/1137/2018, DATA DA ASSINATURA: 30/01/2018, ficam determinados fiscais do contrato Valdir Fernandes, matrícula 124207-7.

Port. nº 26/2018 - Considera exonerada, a contar de 21 de junho de 1993, bem como o processo administrativo nº 04/2018/1137/2018, DATA DA ASSINATURA: 30/01/2018, ficam determinados fiscais do contrato Valdir Fernandes, matrícula 124207-7.

Port. nº 27/2018 - Considera exonerada, a contar de 21 de junho de 1993, bem como o processo administrativo nº 04/2018/1137/2018, DATA DA ASSINATURA: 30/01/2018, ficam determinados fiscais do contrato Valdir Fernandes, matrícula 124207-7.

Port. nº 28/2018 - Considera exonerada, a contar de 21 de junho de 1993, bem como o processo administrativo nº 04/2018/1137/2018, DATA DA ASSINATURA: 30/01/2018, ficam determinados fiscais do contrato Valdir Fernandes, matrícula 124207-7.

Port. nº 29/2018 - Considera exonerada, a contar de 21 de junho de 1993, bem como o processo administrativo nº 04/2018/1137/2018, DATA DA ASSINATURA: 30/01/2018, ficam determinados fiscais do contrato Valdir Fernandes, matrícula 124207-7.

Port. nº 30/2018 - Considera exonerada, a contar de 21 de junho de 1993, bem como o processo administrativo nº 04/2018/1137/2018, DATA DA ASSINATURA: 30/01/2018, ficam determinados fiscais do contrato Valdir Fernandes, matrícula 124207-7.

Port. nº 31/2018 - Considera exonerada, a contar de 21 de junho de 1993, bem como o processo administrativo nº 04/2018/1137/2018, DATA DA ASSINATURA: 30/01/2018, ficam determinados fiscais do contrato Valdir Fernandes, matrícula 124207-7.

Port. nº 32/2018 - Considera exonerada, a contar de 21 de junho de 1993, bem como o processo administrativo nº 04/2018/1137/2018, DATA DA ASSINATURA: 30/01/2018, ficam determinados fiscais do contrato Valdir Fernandes, matrícula 124207-7.

Port. nº 33/2018 - Considera exonerada, a contar de 21 de junho de 1993, bem como o processo administrativo nº 04/2018/1137/2018, DATA DA ASSINATURA: 30/01/2018, ficam determinados fiscais do contrato Valdir Fernandes, matrícula 124207-7.

Port. nº 34/2018 - Considera exonerada, a contar de 21 de junho de 1993, bem como o processo administrativo nº 04/2018/1137/2018, DATA DA ASSINATURA: 30/01/2018, ficam determinados fiscais do contrato Valdir Fernandes, matrícula 124207-7.

Port. nº 35/2018 - Considera exonerada, a contar de 21 de junho de 1993, bem como o processo administrativo nº 04/2018/1137/2018, DATA DA ASSINATURA: 30/01/2018, ficam determinados fiscais do contrato Valdir Fernandes, matrícula 124207-7.

Port. nº 36/2018 - Considera exonerada, a contar de 21 de junho de 1993, bem como o processo administrativo nº 04/2018/1137/2018, DATA DA ASSINATURA: 30/01/2018, ficam determinados fiscais do contrato Valdir Fernandes, matrícula 124207-7.

Port. nº 37/2018 - Considera exonerada, a contar de 21 de junho de 1993, bem como o processo administrativo nº 04/2018/1137/2018, DATA DA ASSINATURA: 30/01/2018, ficam determinados fiscais do contrato Valdir Fernandes, matrícula 124207-7.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Ato da Secretaria.

Portaria nº 001/2018 - Apresenta PORTARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, nº 001/2018, expediente nº 001/2018, de 08 de fevereiro de 2018, assinado pelo Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, no uso das atribuições legais e, considerando a necessidade de formalização da designação para a função de fiscal de contrato de acordo com a natureza do contrato e sua execução, resolve:

60/847/8 27
M
Luis Silva
22/03/18



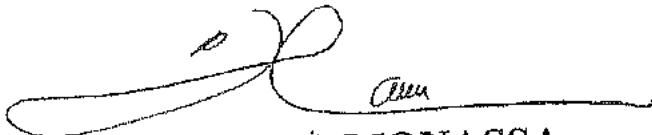
CONSERVAÇÃO
E SERVIÇOS
PÚBLICOS

ORDEM DE INÍCIO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

À TRINITY COMÉRCIO SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA.

Vimos pela presente determinar a V. Sa. o início da prestação de serviço de apoio técnico em serviços comuns de engenharia, para auxílio na operação de conservação e manutenção de áreas verdes, parques e jardins do município de Niterói, com inclusão de ferramentas, uniformes e equipamentos de uso próprio dos funcionários, sem fornecimento de peças, materiais e/ou componentes, conforme especificações constantes no Termo de Referência do Objeto, no Projeto Básico, a partir de 05 de março de 2018.

Niterói, 02 de março de 2018.


DAYSE NOGUEIRA MONASSA
Secretaria Municipal de Conservação
e Serviços Públicos

1018493/08

2/2

Luis Gava
22/03/18



CONSERVAÇÃO
E SERVIÇOS
PÚBLICOS

ORDEM DE INÍCIO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

A TRINITY COMÉRCIO SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA.

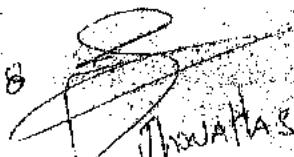
Vimos pela presente determinar a V. Sa. o início da prestação de serviço de apoio técnico em serviços comuns de engenharia, para auxílio na operação de conservação e manutenção de áreas verdes, parques e jardins do município de Niterói, com inclusão de ferramentas, uniformes e equipamentos de uso próprio dos funcionários, sem fornecimento de peças, materiais e/ou componentes, conforme especificações constantes no Termo de Referência do Objeto, no Projeto Básico, a partir de 05 de março de 2018.

Niterói, 02 de março de 2018.


Dayse Nogueira Monassa
Secretaria Municipal de Conservação
e Serviços Públicos

R. de

28/03/2018





10/07/2018

23

Luis Sines
22/07/18

MINUTA

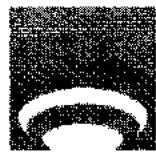
TERMO ADITIVO 01/2018 AO CONTRATO N° 03/2018, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE NITERÓI, TENDO COMO GESTORA A SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS, E DO OUTRO A SOCIEDADE EMPRESÁRIA TRINITY COMÉRCIO SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA., na forma abaixo:

O MUNICÍPIO DE NITERÓI, tendo como gestora a SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS – SECONSER, representada pela SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS, Srº. DAYSE NOGUEIRA MONASSA, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade n° 0178680115-7, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o n° 642.121.577-72, doravante denominada SECRETÁRIA, sendo a SECONSER sediada na Rua Avenida Visconde Rio Branco n° 11, Ponta D' Areia - Niterói – Rio de Janeiro, CEP: 24.020-970, inscrita a Prefeitura Municipal de Niterói no CNPJ sob o n° 28.521.748/0001-59, do outro lado, a empresa TRINITY COMÉRCIO SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Glisson Geraldo Guimarães, s/nº, Quadra B, Lote 01, Caixa D'Água, Rio Bonito, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o n° 13.737.751/0001-37, neste ato representado pelo seu sócio administrador, Sr. UERLES DA SILVA MACEDO, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade n° 08.187.298, expedida pelo DETRAN/RJ, regularmente inscrita no CPF n° 980.735.917-15, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e convencionam, com base no decidido através do processo administrativo n° 040/00847/2018, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO para prorrogação do Contrato prestação de serviços n° 03/2018, com fulcro no artigo 65,§1º, da Lei Federal 8.666/93, e de acordo com o disposto na cláusula primeira do citado contrato de locação, pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Objeto - acréscimo de serviços: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o objeto do contrato ora aditado, a contar de 01/06/2018, conforme justificativas acostadas as fls. _____ e despacho autorizativo da Sr.ª Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos, no supramencionado Processo Administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA - Recursos Orçamentários: As despesas com a execução dos acréscimos de que trata a cláusula anterior, correrão por conta do Programa de Trabalho n.º _____, Elemento de Despesa n° _____, Fonte _____, com cobertura inicial através nota de empenho n° _____, no valor de R\$ _____. As notas de empenho complementares relativas ao referido pagamento, serão emitidas oportunamente.

CLÁUSULA TERCEIRA – Preço: Ao presente Termo Aditivo é dado o valor global de R\$



PREFEITURA
NITERÓI
CONSERVAÇÃO
E SERVIÇOS PÚBLICOS

10/18/18/108

24

b
Luis Silva
22/07/18

CLÁUSULA QUARTA - Ratificação das Cláusulas: Permanecem em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não modificadas pelo presente instrumento, inclusive quanto ao Foro eleito, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

CLÁUSULA QUINTA - Da publicação: O presente instrumento será publicado no órgão oficial da Municipalidade, em extrato, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, podendo a publicação ocorrer em até 20 (vinte) dias desta data, e, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação do extrato, remeterá cópia aos órgãos de controle interno e externo, conforme o caso.

E, por estarem as partes justas e acordadas, assinam o presente Termo em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas que também assinam.
Niterói, _____ de _____ de 2018.

DAYSE NOGUEIRA MONASSA
Secretaria Municipal de Conservação e
Serviços Públicos – SECONSER

GENERAL CONTRACTOR
CONSTRUTORA EIRELI

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____



Processo:	Data:	Rubrica: <i>Sávala</i> 07.05.18	Folha: 25
-----------	-------	------------------------------------	-----------

Ao Gabinete,

Informo que a presente despesa não consta no Pacto Fiscal Fiscal 2018 – SECONSER. Sugiro o encaminhamento do p.p. à SEPLAG para análise /autorização da mesma. Neste caso, a suplementação orçamentária necessária para a emissão da solicitação de compras, uma vez que o saldo orçamentário desta secretaria é insuficiente para a referida despesa.

Segue programa de trabalho, elemento de despesa e fonte para crédito suplementar:

PT: 260115.452.0010.3017

ED: 339039

FONTE: 108

Em,

Leandro Alves
Subsecretário de Infraestrutura
e Logística
Matr. 124.307-70

A P gm
Recam 23/5/18

A. NL

*Adv. Procurador
Carlos E. G. D. Góes
Procurador Geral*



Processo nº 040/847/2018	Data 23/05/2018	Rubrica <i>Lobato de Faria</i>	Folhas 26
-----------------------------	--------------------	-----------------------------------	--------------

Parecer nº. 043/2018 PGA/NLC/APBS

EMENTA: Licitações e Contratos Administrativos. Secretaria de Conservação e Serviço Público (SECONSER). Alteração do contrato administrativo. Aumento do objeto (e do preço correspondente). Art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 (LGL). Viabilidade. Recomendações quanto à instrução processual.

Senhor Procurador Chefe,

(1) RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo em que a Secretaria de Conservação e Serviços Públicos (SECONSER) questiona a viabilidade jurídica de alteração de contrato cujo objeto é a prestação de serviços de auxílio na conservação e manutenção de áreas verdes (jardins, parques, canteiros etc.) do Município (contrato nº. 03/18). Ainda segundo a SECONSER, a referida alteração resultará em acréscimo de vinte e cinco por cento do objeto contratual e tem por “base justificadora” a demanda decorrente dos novos investimentos que foram anunciados para diversas áreas do Município, sobretudo no aprimoramento da mobilidade urbana.

Junto com a consulta, encontram-se nos autos (i) a justificativa quanto à necessidade do acréscimo do objeto contratual (fls. 02/03); (ii) reportagens tratando do novo “pacote de investimentos” do Município (fls. 04/08); (iii) cópia do contrato nº. 04/18 (fls. 09/21); e (iv) minuta do termo aditivo que veiculará a alteração contratual ora analisada (fls. 24/25).





Thayse R. M. Lobato de Faria
Assessora Jurídica
Mat. 241088-3 | OAB-RJ 136705



Processo nº	Data	Rubrica	Folhas
040/847/2018	23/05/2018		26v.

Assim, com base em tais elementos é que a consulta será respondida, já adiantando ser viável, sob o viés jurídico, a alteração unilateral pretendida pela SECONSER, desde que observadas as ressalvas que serão feitas mais adiante.

É o breve relatório. Passo, pois, à fundamentação.

(2) REQUISITOS PARA A ALTERAÇÃO UNILATERAL (QUANTITATIVA): MOTIVAÇÃO IDÔNEA E RESPEITO AOS LIMITES LEGAIS

Conforme dito anteriormente, o presente processo envolve a necessidade de se expandir a prestação do serviço de conservação e manutenção das “áreas verdes” do Município, que já foi contratado pela Administração. A justificativa para tanto seria a criação de demanda nova quanto à manutenção de tais áreas, eis que mais investimentos em mobilidade urbana (e em demais setores) foram anunciados. Na medida que tais investimentos forem ocorrendo, novos equipamentos surgirão, aumentando, em termos numéricos, a área que necessitará de conservação. A necessidade de manutenções mais frequentes também seria fator que justificaria o acréscimo do serviço contratado.

A partir dessa breve introdução, nota-se que a alteração contratual pretendida pela SECONSER se mostra como acréscimo quantitativo do objeto contratual, pois representa tão somente o aumento da quantidade do serviço prestado - e da correspondente remuneração -, restando inalterados o tipo do objeto e a forma de sua execução. Essa constatação é importante, porque ajuda a identificar a qual regime jurídico a alteração contratual estará submetida. Já que se trata de alteração contratual quantitativa, o parâmetro normativo é o artigo 65, I, “b”, da Lei Federal nº. 8.666/93 (LGL), que disciplina a matéria nos seguintes termos:



Processo nº	Data	Rubrica	Folhas
040/847/2018	23/05/2018	Silva	27

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

(...)

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

Nota-se, portanto, que a LGL permite que tal alteração ocorra, **desde que apresentada a devida justificativa e respeitados os limites previstos pela própria Lei Federal nº. 8.666/93**. Estes, portanto, são os dois requisitos exigidos para a alteração quantitativa: (i) motivação idônea e (ii) observância dos percentuais máximos, que se encontram no § 1º do mesmo artigo 65.

O segundo requisito é mais simples e será analisado antes, até mesmo porque já possui regramento muito claro na legislação. Sobre o tema a LGL prevê que o “contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor iniciado atualizado do contrato (...)¹. Fica evidente, portanto, que o acréscimo do serviço prestado à SECONSER (conservação e manutenção de áreas verdes) somente poderá ser aumentado até o valor máximo de vinte e cinco por cento do objeto pactuado inicialmente.

Considerando que esta será a primeira alteração contratual e que a SECONSER já se manifestou que ela ocorrerá dentro do limite legal, só cabe à PGM opinar pela sua legalidade, reafirmando que qualquer acréscimo superior a vinte e cinco por cento resultará em

¹ Art. 65, § 1º. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.





Thayse R. M. Lobato de Faria
Assessora Jurídica
Mat. 241088-3 / OAB-RJ 136705



Processo nº	Data	Rubrica	Folhas
040/847/2018	23/05/2018	<i>2000</i>	<i>27v.</i>

inobservância da legislação e, assim, em ilícito administrativo. Dessa forma, está correta, nesta parte, a alteração contratual pretendida pela SECONSER.

O processo tropeça, no entanto, na demonstração do fato superveniente e na necessária motivação que a Administração deve apresentar quanto ao acréscimo do objeto contratual. Como dito antes, a alteração do contrato é perfeitamente possível, desde que sejam apresentadas as “devidas justificativas”. Assim determina o “caput” do artigo 65 (já transcrito acima). Nos autos, contudo, fez-se tão somente referência aos novos investimentos que serão realizados pelo Município, sem explicar a necessária relação entre o pacote de investimentos e o aumento do serviço já contratado.

Na verdade, até há certa motivação quanto à necessidade de aumento do objeto contratado (fls. 02/07), mas de forma incompleta. Em casos de alteração quantitativa, a Administração deve demonstrar cabalmente a nova situação fática que impõe a modificação contratual, não bastando a referência a reportagens jornalísticas. Nessas situações, deve apontar, por exemplo, quais as novas áreas que serão abrangidas pelo serviço adicional, porque a alteração será em vinte e cinco por cento (e não em patamar inferior), qual a razão de o acréscimo ocorrer agora (e não posteriormente, já que os investimentos serão feitos ao longo dos anos) etc.

Dianete desse dever argumentativo é que andou mal a Administração, já que, a meu ver, nem todas as questões relacionadas à motivação foram apresentadas satisfatoriamente, devendo haver maior detalhamento sobre a repercussão, no objeto contratual, do aumento de investimentos municipais. Em outras palavras, a SECONSER deve explicar de forma mais robusta a relação entre o novo pacote de investimentos anunciado e o efetivo aumento da demanda correspondente ao serviço de manutenção e conservação de “áreas verdes” (parques e jardins). A mera notícia do crescimento dos investimentos em infraestrutura não é suficiente para permitir o acréscimo do objeto contratual.



PROCURADORIA

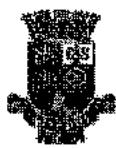
Processo nº	Data	Rubrica	Folhas
040/847/2018	23/05/2018		28

Além disso, vale dizer que a prestação do serviço muitas vezes não é medida em unidades separadas, sendo seu valor, na verdade, resultado de cálculo mais complexo. Dessa forma, a justificativa quanto ao aumento do valor a ser pago (objeto contratual) merece atenção especial, devendo ser apresentada metodologia que explique razoavelmente as razões que levam ao aumento da prestação do serviço e do preço correspondente.

Assim, considerando tais ressalvas, **recomenda-se a apresentação de justificativa quanto à necessidade do acréscimo contratual**, não bastando a notícia do aumento de determinados investimentos do Município em áreas estratégicas da Administração. Deve haver maior detalhamento quanto ao aumento da demanda que surgirá do fato relatado pela SECONSER (novo pacote de investimentos), inclusive com especificação das áreas verdes e equipamentos que serão abrangidos pelo “acréscimo de serviço” e o porquê de se pretender aumento em vinte cinco por cento (e não em patamar inferior).

Portanto, diante do exposto acima, opina-se pela **possibilidade** do acréscimo contratual em patamar máximo de vinte e cinco por cento (art. 65, §1º, da LGL) – ainda que ocorra de forma consensual –, **desde que complementada a justificativa quanto à necessidade do referido aumento**, sobretudo em relação à quantidade de serviço que será acrescido e quais as áreas que serão abrangidas pela “prestação adicional”.

Por fim, sobre a minuta apresentada (fls. 23/24), afirma-se que seu conteúdo está de acordo com o que se pretende, sendo importante destacar apenas a necessidade de já estarem previstas, desde logo, as informações quanto à dotação orçamentária.



PREFEITURA

NITERÓI

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Thayse R. M. Lobato de Faria
Advogada Jurídica
Matr. 241008-3 / OAB-RJ 190705

PORTAL ALQUIMIA



www.alquimia.com.br

Processo nº 040/847/2018	Data 23/05/2018	Rubrica 	Folhas 23v.
-----------------------------	--------------------	-------------	----------------

(3) CONCLUSÃO

Assim sendo, conclui-se pela viabilidade da alteração contratual pretendida pela SECONSER, desde que complementada a justificativa quanto à sua necessidade (com maior nível de detalhamento).

Vale dizer, ainda, que a minuta do termo aditivo está correta, devendo ser acrescentada apenas a informação adequada sobre a dotação orçamentária.

Se aprovado o presente parecer, remeta-se o processo à Secretaria de Conservação e Serviços Públicos (SECONSER). Sendo o que me cabia analisar, submeto a consulta à elevada apreciação de V.Sa.

NLC, 04 de junho de 2018.

Arthur Rinel B. da Silva
Procurador do Município

Núcleo de Licitações e Contratos / PGA
Matr. 1243398-0



NITERÓI
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
GABINETE/NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Thayse R. M. Lobato de Faria
Assessora Jurídica
Mat. 241088-3 / OAB-RJ 138708

Processo nº	Data	Rubrica	Folha
040 847 18		L. S. P. / 27/06/2018	29

Aprovo o Parecer nº 43/2018 PGA/NLC/APBS, da lavra do Procurador Município Arthur Pinel B. da Silva, pelos seus próprios fundamentos.

Isto porque, conforme ressaltado no parecer, as alterações do objeto contratado devem ser precedidas de procedimento administrativo no qual fique registrada a justificativa das alterações feitas por necessárias, embasadas em pareceres e estudos técnicos pertinentes, bem como restar caracterizada a natureza superveniente, em relação ao momento da licitação, dos fatos ensejadores das alterações¹. Note-se que a mesma justificativa é utilizada de maneira genérica nos p.as nºs 040/848/2018 e 040/849/2018.

Esclareço, ainda, que atendidos os pontos abordados pela PGM ou devidamente justificados, não há necessidade de retorno dos autos a este órgão jurídico para nova manifestação.

Remetam-se os autos à SECONSER, em observância ao art. 2º da Resolução PGM nº 32, de 26 de dezembro de 2017².

Niterói, 05 de junho de 2018.

MARCOS VINÍCIUS SOUZA DO CARMO
Procurador – Chefe
Núcleo de Licitações e Contratos

¹ Acórdão nº 3053/2016 - Plenário

² Art. 2º. Fica delegada competência ao Núcleo de Licitações e Contratos - NLC - para emitir pronunciamento nas consultas jurídicas veiculadas nos processos administrativos que versem sobre:

I - licitações cuja minuta de edital esteja incluída entre as minutas – padrão aprovadas pelo Procurador Geral do Município, disponíveis no sítio eletrônico da Procuradoria e cujo valor estimado esteja abaixo de R\$ 1.000.000, 00 (um milhão de reais);

II - licitações com recursos oriundos de financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e cujo valor estimado seja abaixo de U\$ 1.000.000, 00 (um milhão de dólares);

III - adesões à ata de registro de preços, independentemente do valor contratado;

IV - convênios e acordos congêneres, especialmente aqueles previstos na Lei nº 13.019/2014, cujo valor estimado seja abaixo de R\$ 1.000.000, 00 (um milhão de reais), desde que aprovadas as respectivas minutas-padrão;

V - prorrogação de contrato e alterações contratuais, independentemente do valor do contrato ou termo aditivo, desde que observados os pressupostos legais dos artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93, respectivamente;

Parágrafo único. O disposto no inciso V também se aplica aos convênios e acordos congêneres, especialmente aqueles previstos na Lei nº 13.019/2014.

PROCESSO Nº	DATA:	RUBRICA:	FOLHA:
040/000.847/2018	23/05/2018	Ladislau Alves Cecchetti Subsecretário de Infraestrutura e Logística Matr. 124.307-70	30

À SEPLAG,

Em prosseguimento para análise da CPFGE.

Informo que as recomendações solicitadas pela a PGM serão atendidas no seu retorno.

Em, 06/06/18

Daiyse Mnassa
Secretaria de Conservação
e Serviços Públicos
Matr. 124.256-30
Leandro Alves Cecchetti
Subsecretário de Infraestrutura
e Logística
Matr. 124.307-70

RECEBI EM:
SEPLAG - 06/06/18
as 10h 43m
Polyanna A. da Souza Cunha
SEPLAG - Matr. 239.674-3



Processo	Data	Rubrica	Folha
040 847 2018	23/05/18	ISABELLA FARIA RIMOLI DA SILVA SEPLAG - Matr. 241.129-3	31

DECLARAÇÃO

Declaro que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.


Dayse Monassa
Secretaria Municipal de Conservação
e Serviços Públicos.

Valores

PROCESSO N° 040 867 2019	DATA 23/05/19
RUBRICA ISABELLA MARIA RIMOLDA SILVA	Fis N° 32
SEPLAG - Matr. 241.120.3	

Leandro Cecchetti <leandroc@seconser.niteroi.rj.gov.br>

qua 06/06/2018 16:55

Para Beverly Maria Coutinho da Motta <beverlym@seplag.niteroi.rj.gov.br>;

	Valor do Contrato	25%	Valor Mensal	Valor Necessário para o Ano
Pavimentação	6.680.499,96	1.670.124,99	208.765,62	1.252.593,74
Rios e Canais	4.989.876,84	1.247.469,21	155.933,65	935.601,91
Áreas Verdes	3.300.000,00	825.000,00	103.125,00	618.750,00



Subsecretaria de Controle

Processo nº 040000847/2018	Data: 23/05/2018	Rubrica: Camila Bráz Pimentel M. CEPAG - Matr. 1243585-0	FLS: 33
--------------------------------------	----------------------------	---	-------------------

TERMOS DE REQUISITOS MÍNIMOS (TRM)

ACRÉSCIMO DE CONTRATO

Base Legal: Art. 65, da Lei nº 8.666/93; artigo 2º, II, 5, §2º do Decreto Municipal nº 11.573/2014

Modalidades: (X) Pregão () Concorrência () Tomada de Preços () Convite

Objeto da Solicitação: Termo Aditivo nº 01/2018 de acréscimo de 25% do Contrato nº 03/2018, que tem como objeto a prestação de serviço de apoio técnico em serviços comuns de engenharia, para auxílio na operação de conservação, manutenção de áreas verdes, parques e jardins do Município de Niterói, com inclusão de ferramentas, uniformes e equipamentos de uso próprio de funcionários, sem fornecimento de peças, materiais e/ou componentes.

Contratada: Trinity Comércio Serviços e Manutenção LTDA

Instrumento: Contrato nº 03/2018

Prazo: 05/03/2018 a 04/03/2019

Valor Total do Contrato: R\$ 3.300.000,00

Valor Total do Aditivo: R\$ 825.000,00

Valor Total do Contrato com o Aditivo: R\$ 4.125.000,00

NOTA TÉCNICA Nº 0696/2018/CONTROLE

DATA: 06/06/2018

Documentos		SIM	NÃO	PARCIAL	N/A	FLS.
1	Manifestação técnica da Administração, justificando a necessidade do Acréscimo.			X		02/07
2	Documentação demonstrando que a contratada mantém as condições originais de habilitação.		X			
3	Minuta do Termo Aditivo ou do apostilamento devidamente submetido à aprovação jurídica.	X				23/24
4	Declaração do ordenador de despesa da adequação orçamentária e Financeira (LOA, PPA, Decreto da Execução Orçamentária).			X		
5	Solicitação de Compra inserida no sistema integrado e-cidade.		X			
6	Prévio exame e aprovação pelo Órgão Jurídico.	X				26/29



Processo nº 040000847/2018	Data: 23/05/2018	Rubrica: Naymud Bráz Pimentel SEPLAG - Matr. 1243585-033V	Fls:
--------------------------------------	----------------------------	--	-------------

Documentos		SIM	NÃO	PARCIAL	N/A	FLS.
7	Autorização do Gestor.	X				02
8	Há planilha discriminando os valores e percentuais do acréscimo ou redução.		X			
9	O percentual observou os limites do art. 65, §1º da lei nº 8.666/93	X				
10	Despesa contemplada no Pacto Fiscal?		X			
11	Consta Termo de Comprometimento?				X	
12	Houve pedido de suplementação orçamentária?	X				25
13	Parecer do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI, conforme Decreto nº 11.411/2013, se for o caso.				X	
14	Manifestação do Controle Interno Setorial, de acordo com o artigo 1º da Portaria SEPLAG Nº 06/2017, de 03 de abril de 2017.		X			
15	Houve, em momento oportuno, prévio empenho da despesa programada para o exercício, na forma do artigo 60 da Lei 4.320/1964?				X	

OBSERVAÇÕES

- Quanto ao item 01, nota-se que a SECONSER alega a necessidade do acréscimo contratual com uma justificativa sucinta à fl. 02. Solicita-se que seja apresentada manifestação técnica da administração, justificando a necessidade do acréscimo. Destaca-se que a PGM, em seu parecer de fls. 26/29, entende pela viabilidade da alteração contratual pretendida, desde que complementada a justificativa quanto a sua necessidade com maior nível de detalhamento.
- Quanto ao item 03, recomenda-se que a minuta do termo aditivo seja retificada para constar o valor do aditivo contratual, o programa de trabalho, o elemento da despesa e fonte. Além disso, propõe-se ainda a alteração do prazo inicial de vigência, considerando que não é possível a realização de despesa pretérita. As despesas deverão ocorrer somente após a celebração do Termo Aditivo.
- Quanto ao item 02, ausente a documentação referente à regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 29, da lei nº 8666/93.
- Quanto ao item 04, consta nos autos declaração do ordenador de despesa da adequação



Subsecretaria de Controle

Processo nº 040000847/2018	Data: 23/05/2018	Rubrica: Samua Bráz Pimentel SEPLAG - Matr. 1243585-0	Fls: 34
--------------------------------------	----------------------------	--	-------------------

orçamentária e Financeira (LOA, PPA, Decreto da Execução Orçamentária), entretanto sem assinatura. Recomenda-se sanar o vício existente.

4. Quanto ao item 8, não há planilha discriminando de forma detalhada os valores e percentuais do acréscimo. Recomenda-se sanar o vício.
5. Quanto ao item 12, destaca-se que à fl. 25 consta pedido de suplementação orçamentária, porém sem informar o valor que será suplementado. Ressalta-se que o percentual do aditivo é de 25%. À fl. 32, juntada informação referente ao valor correspondente ao aditivo requerido, assim como o valor mensal e o necessário para o presente exercício.
Ressalta-se que após a aprovação do crédito, a SECONSER deverá emitir a Solicitação de Compra com o valor da despesa para este exercício, considerando os termos do artigo 60 da Lei nº 4320/64, que veda a realização de despesa sem prévio empenho
6. Quanto ao item 14, ausente a Manifestação do Controle Interno Setorial, de acordo com o artigo 1º da Portaria SEPLAG Nº 06/2017, de 03 de abril de 2017

RECOMENDAÇÕES

A. Submeter a despesa à apreciação da Comissão de Programação Financeira e Gestão Fiscal - CPFGF, em observância ao Decreto nº 11573/2014.

B. Inserir os dados relativos ao termo aditivo ao Contrato nº 06/2018 no módulo específico de informes mensais/SIGFIS, de acordo com a Deliberação TCE/RJ nº 280/2017.

C. Apresentar a portaria com a nomeação de 02 (dois) servidores para o exercício da função de Fiscal de Contrato, conforme disposto no Decreto nº 11.950/2015. Além disso, solicita-se que os Fiscais se manifestem sobre a solicitação proposta.

D. Inserir os dados inerentes ao termo aditivo ao contrato no Módulo Acordo.

E. Realizar o empenhamento integral do valor previsto para este exercício, considerando os termos do artigo 60 da Lei nº 4320/64, que veda a realização de despesa sem prévio empenho

F. Saliente-se que o não cumprimento das recomendações, bem como dos itens indicados como NÃO e Parcialmente Atendidos poderão acarretar sanções civis, administrativas e penais ao Gestor. Ademais, qualquer alteração deverá ser registrada nos autos, uma vez que poderá ser objeto de futuras auditorias do Tribunal de Contas e desta SEPLAG.

Samua Bráz Pimentel
Samua Bráz Pimentel
Matrícula nº 1243.585-0

[Signature]



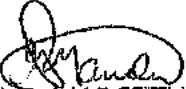
Subsecretaria de Controle

Processo nº 040000847/2018	Data: 23/05/2018	Rubrica: RDSamua Bráz Pimentel SEPLAG - Matr. 1243885-3	Els: 34V
--------------------------------------	----------------------------	--	--------------------

Referência: Nota Técnica nº 0696/2018/CONTROLE

À Secretaria Executiva da Comissão de Programação Financeira e Gestão Fiscal – CPFGF/SEPLAG.

1. Para deliberação da CPFGF, considerando que o processo encontra-se apto para prosseguimento, desde que, no caso de aprovação da despesa, sejam atendidas pelo **Gestor da Pasta** as recomendações constantes no Termo de Requisitos Mínimos – TRM e demais legislações aplicáveis.



CRISTIANE M. R. MARCELINO
Subsecretaria de Controle – SEPLAG
Matr. 240.803-3



Subsecretaria de Controle

Processo nº 040000847/2018	Data: 23/05/2018	Rubrica: 80	Fls: 35
--------------------------------------	----------------------------	-----------------------	-------------------

Referência: Nota Técnica nº 0696/2018/CONTROLE

PAGINA RAMOS DA SILVA
SEPLAG
Mat. 241.451-5

À Comissão de Programação Financeira e Gestão Fiscal - CPFGF,

06/06/2018

1. Quadro resumo:

DETALHAMENTO PROCESSUAL	
ORDENADOR DE DESPESA: SECONSER	
FAVORECIDO: Trinity Comércio Serviços e Manutenção LTDA	
INSTRUMENTO: Termo Aditivo nº 01/2018	
OBJETO: : Termo Aditivo nº 01/2018 de acréscimo de 25% do Contrato nº 03/2018, que tem como objeto a prestação de serviço de apoio técnico em serviços comuns de engenharia, para auxílio na operação de conservação, manutenção de áreas verdes, parques e jardins do Município de Niterói, com inclusão de ferramentas, uniformes e equipamentos de uso próprio de funcionários, sem fornecimento de peças, materiais e/ou componentes.	
ASSUNTO: Deliberar quanto à realização do Termo Aditivo nº 01/2018, no valor total de R\$ 825.000,00, com suplementação orçamentária.	

VALORES	
CONTRATO: R\$ 3.300.000,00	ADITIVO: -----
PRAZO: 05/03/2018 a 04/03/2019	
DELIBERAÇÃO: R\$ 825.000,00	
PRAZO REFERENTE À SOLICITAÇÃO: R\$ 618.750,00 para o exercício de 2018 e R\$ 206.250,00 para o exercício de 2019.	
SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº: -----	
TERMO DE COMPROMETIMENTO/PACTO FISCAL: ---	
SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: R\$ 618.750,00	
AUMENTO DO PACTO EM: -----	
VALOR PARA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO INICIAL: -----	ACRÉSCIMO DE XX% EQUIVALENTES A: -----
FONTE: 108	ND:339039



Subsecretaria de Controle

Processo nº	Data:	Rubrica:	Fls:
040000847/2018	23/05/2018	PAULINA VIEIRA DA SILVA SEPLAG 11451-5	35V

2. Deliberação: Componentes da Comissão de Programação Financeira e Gestão Fiscal – CPFGF:

<input checked="" type="checkbox"/> APROVADO	<input type="checkbox"/> APROVADO PARCIALMENTE	<input type="checkbox"/> NÃO APROVADO
--	--	---------------------------------------

GIOVANNA GUIOTTI TESTA VICTER
Secretaria Municipal de Planejamento
Modernização da Gestão e Controle
(Secretaria Executiva)

MOACIR LINHARES SOUTINHO DA CRUZ
Niterói Prev

PABLO VILLARIM GONÇALVES
Secretaria Municipal de Fazenda

FABIANO GONÇALVES
Secretaria Municipal de Administração

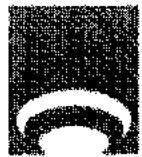
Referência: Nota Técnica nº 696/2018/CONTROLE

À Subsecretaria de Orçamento,

Para providências, face à aprovação.....da CPFGF.

Recomenda-se que o Gestor da Pasta atenda integralmente as recomendações contidas na Nota Técnica em referência e na legislação aplicável.

GIOVANNA GUIOTTI TESTA VICTER
Secretaria de Planejamento Modernização
da Gestão e Controle



PREFEITURA
NITERÓI
TRABALHANDO SÉRIO,
SUPERANDO DESAFIOS.

PLANEJAMENTO,
MODERNIZAÇÃO DA
GESTÃO E CONTROLE

Processo nº	Data:	Rubrica:	Fls:
040000847 2018	23/05/2018		35

PAOLLA RAMOS DA SILVA
SEPLAG
Mat. 241.451-5

À
SECONSER.

Para prosseguimento, face aprovação da CPFGE,

MARILIA SORRINI PERES ORTIZ
Subsecretária
Matrícula 1243.426-0



Processo	Data	Rubrica	Folha
0401847118	23.06.18	Lucimara Reis Souza Advogada - Assessoria Jurídica Matr. 114391	37

Ao Gabinete,

A Seconser tem como atribuições primordiais a manutenção e a conservação do Município.

Neste passo, a administração pública deverá tomar todas as providencias cabíveis para que de forma preventiva possa atender todas as demandas da população.

Considerando o objeto do contrato 03/2018, esclarecemos que além da manutenção, conservação de áreas verdes e parques e jardins de todo o Município, a Seconser também será responsável pelo paisagismo e corte de grama em toda extensão da Transoceânica que totaliza aproximadamente 8 km, além das rotatórias e 3(Três) canteiros centrais e divisores de pista, abrangendo uma área de 59.608,67m², conforme é demonstrado no arquivo do projeto em anexo.

Marcelo Serieiro Serra

Subsecretario Municipal de Conservação e Serviço Públicos.

Mat. 1242247-3



PREFEITURA
NITERÓI
TRABALHANDO SÉRIO,
SUPERANDO DESAFIOS.

SECONSER

Processo	Data	Rubrica	Folha
0001847118	23.06.18	Lucimar S. Reis Souza Advogada Assessoria Jurídica 000114391	38

CONTINUA

[IMPRIMIR] [VOLTAR]



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 13737751/0001-37

Razão Social: HANDEL COMERCIO SERVICOS E MANUTENCAO LTDA ME

Nome Fantasia: HANDEL QUALITY SERVICE

Endereço: RUA GLISSON GERALDO GUIMARAES CORREA SN QUADRA B LT 1
PARTE / CAIXA DAGUA / RIO BONITO / RJ / 28800-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 25/05/2018 a 23/06/2018

Certificação Número: 2018052503444545022398

Informação obtida em 29/05/2018, às 16:13:20.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: TRINITY COMERCIO SERVICOS E MANUTENCAO LTDA ME
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 13.737.751/0001-37

Certidão nº: 147008129/2018

Expedição: 31/03/2018, às 10:20:02

Validade: 26/09/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **TRINITY COMERCIO SERVICOS E MANUTENCAO LTDA ME (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **13.737.751/0001-37**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: TRINITY COMERCIO SERVICOS E MANUTENCAO LTDA ME
CNPJ: 13.737.751/0001-37

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
 Emitida às 15:17:08 do dia 02/03/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 29/08/2018.

Código de controle da certidão: 95C8.7F62.A8E4.98D2

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

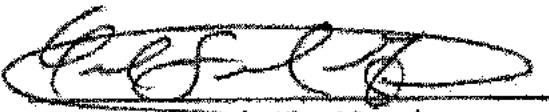


PROCURAÇÃO

TRINITY COMÉRCIO, SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.737.751.0001-37, localizada na Rua Glisson Geraldo Guimarães Correa, S/N, QD B, Lote 01, Caixa D'Água, Rio Bonito, RJ, CEP: 28.800-000 neste ato representado pelo seu procurador UERLES DA SILVA MACEDO, Brasileiro, Casado, Administrador, portador da Carteira de Identidade nº 081.87298-8 Expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob nº 980.735.917-15, residente na Cidade de São Gonçalo/RJ, nomeia e constitui JHONATTAS LUCAS DE OLIVEIRA SOUZA, brasileiro, casado, portador da Carteira Nº 2017102128, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro, inscrito no CPF sob o nº 138.552.347-60, conferindo os poderes para representar a outorgante perante a SECRETARIA DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS – SECOMSER – Prefeitura Municipal de Niterói do Estado do Rio de Janeiro.

Rio Bonito, RJ, 07 de Janeiro de 2018.

CARTÓRIO DO 4º DESCRITÓRIO
DE JUSTIÇA DE NITERÓI


Uerles da Silva-Macedo

CPF: 980.735.917-15



Processo	Data	Rubrica	Folha
0401844118	23.06.18	Lucimar da Reis Souza Advogada - Assessoria Jurídica Mat. 7114391	43

Ao Subsecretário de Infraestrutura e Logística,

Para informar. Após à Assessoria Jurídica para providências a seu cargo.

Em 07/06/2018



DAYSE NOGUEIRA MONASSA.

Secretaria Conservação e
Serviços Públicos

Processo: 040/000847/2018	Data: 23/05/2018	Rubrica: Luciníria Reis Souza Advogada-Assessoria Jurídica Matr. 124391	Folha: 24
-------------------------------------	----------------------------	---	---------------------

Sra. Secretária,

Em resposta as observações da SEPLAG, pertinentes a esta Subsecretaria, as fls 33v., e 34, temos a informar que:

Item 04 – A declaração de fls. 31 encontra-se devidamente assinada;

Item 05 – Acostamos a cópia da Nota de Empenho;

Item 08 – A planilha discriminando os valores e percentuais do acréscimo segue nexo;

Item 12 – Segue a informação do valor a ser suplementação, bem como o valor necessário para o exercício;

Em, 07/06/18

Leandro Alves Cecchetti
Subsecretário de Infraestrutura
e Logística
Matr. 124.307-70



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI

RUA VISCONDE DE SEPETIBA, 987, 987
NITERÓI
21 28200403
prefeitura@niterol.rj.gov.br
28.521.748/0001-59

0401845-1/18 Lúcio J. S. Reis So. 04011199117

NOTA DE EMPENHO N°: 000336

DATA DE EMISSÃO: 01/02/2018

TIPO: ESTIMATIVA

Dayse Gomes Pereira

45

817

Órgão : 26 - SEC MUNICIPAL DE CONSERVACAO E SERVICOS PÚBLICOS
 Unidade : 01 - SEC MUNICIPAL DE CONSERVACAO E SERVICOS PÚBLICOS
 Função : 15 - URBANISMO
 Subfunção: 452 - SERVICOS URBANOS
 Programa : 0010 - CIDADE URBANIZADA
 Proj/Ativ : 3017 - Arborização De Praças E Ruas
 Rubrica : 3.3.3.9.0.39.00.00.00
 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA
 Recurso : 108 - RECURSOS DE INDENIZACOES (ROYALTIES)
 Reduzido : 10047
 Licitação :
 Modalidade de Licitação: PREGAO PRESENCIAL
 Característica Peculiar : 000 - NÃO SE APLICA

Dados do Credor:	
Nº Credor :	1130966
Nome :	TRINITY COMERCIO, SERV. E MANUF. LTDA ME
Endereço :	R GLISSON GERALDO GUIMARAES CORREA, 0
Município :	RIO BONITO-RJ CEP : 28800000
Telefone :	Fax :
Banco/Ag./Conta :	1-1-
PROCESSO DE COMPRA N° 040622	SEQ. DO EMPENHO N° 053263
AUTORIZAÇÃO N° 45127	PROC. ADMIN (P.A.) : D40001199/2017
Valor Orçado	3.080.000,00
Saldo Anterior	3.080.000,00
Valor Empenhado	3.026.000,00
Saldo Atual	55.000,00

QUANT	MATERIAL OU SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
11	3.3.3.9.0.39.00.00.00 - SERVICOS ESPECIALIZADOS SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO EM SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, PARA AUXÍLIO NA OPERAÇÃO DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES, PARQUES E JARDINS DO MUNICÍPIO DE NITERÓI. FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2018) - (Unidade: SERVIÇO) SOLICITAÇÃO: 46575	275.000,00	3.025.000,00
RESUMO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO EM SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, PARA AUXÍLIO NA OPERAÇÃO DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES, PARQUES E JARDINS DO MUNICÍPIO DE NITERÓI. FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2018			
DESTINO:		TOTAL	3.025.000,00

SUPERINTENDENCIA DE FINANÇAS

EMPEÑADO E CONFERIDO

Dayse M. Lassa
 Secretaria de Conservação
 e Serviços Públicos
 Matr. 124.256-30
 VISTO

AUTORIZO

Dayse M. Lassa
 Secretaria de Conservação
 e Serviços Públicos
 Matr. 124.256-30
 ORDENADOR

DATA

1ª via

Processo: 04018471-18

Data: 23.05.18

SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO EM SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, PARA AUXÍLIO NA OPERAÇÃO DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES, PARQUES E JARDINS DO MUNICÍPIO DE NITERÓI

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	ELEMENTAR	QUANT. UNITÁRIA	VALOR ELEMENTAR	VALOR TOTAL
05.004.0030-0	Recepção de pintura de monumentos históricos de argamassa, ferro, bronze, mármore, granito, aço carbono, pintura automotiva, resina, etc, exclusivo referida a transporte	MAC-DE-OERA DE AJUDANTE DA CONSTRUÇÃO CIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	20004	10,00	R\$ 4,37	R\$ 21.693,70
		MAC-DE-OERA DE MUSEOLOGO RESTAURADORES, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	20107	2,00	R\$ 19,60	R\$ 13.627,00
05.026.0026-1	Solda de topo, descendente, em chapa de aço carbonada de 3/16" de espessura, para serviço de assentamento da tubulação ou jato de aço, utilizando conversor inoxido a óleo diesel	MAC-DE-OERA DE SOLDADOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	20134	1,80	R\$ 4,37	R\$ 8.666,60
		MAC-DE-OERA DE AJUDANTE DA SOLDADOR, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	20006	0,60	R\$ 4,37	R\$ 2.622,00
		MAC-DE-OERA DE SOLDADOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS ACETILENO EM CILINDRO DE 9KG.	20134	0,10	R\$ 4,37	R\$ 433,00
05.026.0001-0	Corte com maquinário manual de extracimento, em chapa de aço de espessura de 1/4"	MAC-DE-OERA DE AJUDANTE DA SOLDADOR, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS ACETILENO EM CILINDRO DE 9KG.	20006	0,05	R\$ 4,37	R\$ 216,90
		MAC-DE-OERA DE SOLDADOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	20134	0,10	R\$ 4,37	R\$ 433,00
05.100.0000-0	Unidade de referência para despesas dentro do controle de obras, tais como: café da manhã, vale alimentação, vale transporte, EPI, uniforme, consumo de água, telefone, energia elétrica, materiais de limpeza e do escritório, computadores, subvenções em alimentação e transporte, móveis e utensílios, ar condicionado, refrigerador, A.R.C, fotografias, uniformes, diárias e demais gênes que complementam as despesas já constatadas.	ADMINISTRAÇÃO LOCAL TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DESPESAS EVENTUAIS			R\$ 10,61	R\$ 32.946,20
09.001.0001-1	Plantio de grama em placa, tipo sítio cario, batatas, laranja e santo agostinho, inclusive compra e arrancamento no local de origem, carga, transporte, descarga e preparo de terrapô	MAC-DE-OERA DE SERVENTE PARA SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	20133	1,02	R\$ 4,37	R\$ 44.730,01
09.002.0001-0	Plantio de árvore isolada até 2,00m de altura, de qualquer espécie, em logradouro público, inclusive transporte, juntas para: simples e redeira de madeira (furo), exclusivo o fornecimento de árvore	MAC-DE-OERA DE SERVENTE PARA SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	20133	1,02	R\$ 4,37	R\$ 44.730,01



Processo	Data	Rubrica	Folha
04018441-18	23.05.18	Lucimar S. Reis Souza Advogada-Assessoria Jurídica Matr. 114391	49

Ao Gabinete,

Para assinatura do TA 03/2018 ao contrato
03/2018.

Em 08/06/2018

Lucimar S. Reis Souza
Lucimar S. Reis Souza
Advogada-Assessoria Jurídica
Matr. 114391

Assinado, provisoriamente
à publicação

08/06/18

Processo: 040/000847/2018	Data: 23/05/2018	Rubrica: Lucimara S. Reis Souza Advogada-Assessoria Jurídica Matr. 124.391	Folha: 44
-------------------------------------	----------------------------	--	---------------------

Sra. Secretária,

Em resposta as observações da SEPLAG, pertinentes a esta Subsecretaria, as fls 33v., e 34, temos a informar que:

Item 04 – A declaração de fls. 31 encontra-se devidamente assinada;

Item 05 – Acostamos a cópia da Nota de Empenho;

Item 08 – A planilha discriminando os valores e percentuais do acréscimo segue nexo;

Item 12 – Segue a informação do valor a ser suplementação, bem como o valor necessário para o exercício;

Em, 07/06/18

Letendre Alves Cecchetti
Subsecretário de Infraestrutura
e Logística
Matr. 124.307-70



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI

RUA VISCONDE DE SEPEITA, 987, 987
NITERÓI
2128200403
prefeitura@niteroi.rj.gov.br
28.521.746/0001-69

0401847-18 Lugar S. Reis Souza 04/1199117

Advogado:

NOTA DE EMPENHO N°: 000335

DATA DE EMISSÃO: 01/02/2018

TIPO: ESTIMATIVA

Dayse M. Lassa

45

817

Órgão: 26 - SEC MUNICIPAL DE CONSERVACAO E SERVICOS PÚBLICOS
Unidade: 01 - SEC MUNICIPAL DE CONSERVACAO E SERVICOS PÚBLICOS
Função: 15 - URBANISMO
Subfunção: 452 - SERVICOS URBANOS
Programa: 0010 - CIDADE URBANIZADA
Proj/Ativ: 3017 - Arborização De Praças E Ruas
Rubrica: 3.3.3.9.0.39.00.00
Recurso: OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA
Reduzido: 10047
Licitação:
Modalidade de Licitação: PREGAO PRESENCIAL
Característica Peculiar: 000 - NÃO SE APLICA

Dados do Credor:	
Nº Credor	1130966
Nome	TRINITY COMERCIO, SERV. E MANUF. LTDA ME
Endereço	R GLISSON GERALDO GUIMARAES CORRÉA, 0
Município	RIO BONITO-RJ CEP : 28800000
Telefone	Fax :
Banco/Ag./Conta	/ - / -
PROCESSO DE COMPRA N°	040622
SEQ. DO EMPENHO N°	053263
AUTORIZAÇÃO N°	45127
PROC. ADMIN (P.A.):	040001199/2017
Valor Orçado	3.080.000,00
Saldo Anterior	3.080.000,00
Valor Empenhado	3.025.000,00
Saldo Atual	55.000,00

QUANT	MATERIAL OU SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
11	3.3.3.9.0.39.84.00.00 - SERVICOS ESPECIALIZADOS SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO EM SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, PARA AUXÍLIO NA OPERAÇÃO DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES, PARQUES E JARDINS DO MUNICÍPIO DE NITERÓI. FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2018) - (Unidade: SERVIÇO) SOLICITAÇÃO: 46575	275.000,00	3.025.000,00
RESUMO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO EM SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, PARA AUXÍLIO NA OPERAÇÃO DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES, PARQUES E JARDINS DO MUNICÍPIO DE NITERÓI. FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2018			
DESTINO:		TOTAL	3.025.000,00

SUPERINTENDENCIA DE FINANÇAS EMPENHADO E CONFERIDO Dayse M. Lassa Secretaria de Conservação e Serviços Públicos Matr. 124.256-30 Visto: 01/02/18	AUTORIZO Dayse M. Lassa Secretaria de Conservação e Serviços Públicos Matr. 124.256-30 ORDENADOR
--	---

Processo: 0401347118

Data: 23.05.18

CONSERVAÇÃO
E SERVIÇOS
PÚBLICOS

Folha: 46

SERVÍCIO DE APOIO TÉCNICO EM SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, PARA AUXÍLIO NA OPERAÇÃO DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES, PARQUES E JARDINS DO MUNICÍPIO DE NITERÓI

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	ELEMENTAR	QUANT. UNITÁRIA	UN.	QUANT.	VALOR ELEMENTAR	VALOR TOTAL
06.004.0030-D	Remoção de pichação de monumentos históricos de argamassa, ferro, bronze, mármore, granito, azulejos, pintura automotiva, resina, etc exclusivo retirada e transporte	20004	1		MP	501,00	R\$ 501,00	R\$ 501,00
06.025.0025-1	Solda do topo, descendente, em chapa de aço chanfrada de 3/16" de espessura, para serviço de assentamento de tubulação ou peça de aço, utilizando conversor movido a gás diesel	20005	0,50		MP	250,00	R\$ 125,00	R\$ 125,00
06.026.0001-0	Corte com maquinário manual de estacionário, em chapa de aço na espessura de 1/4"	20006	0,05		MP	100,00	R\$ 5,00	R\$ 5,00
06.100.0000-D	Unidade de referência para despesas dentro do centro de obice, bala como, café da manhã, vales alimentação, vale transporte, EPI, uniforme, consumo de água, telefone, energia elétrica, materiais de limpeza e de escritório, computadores, subfornos em alimentação e transportes, adesivos e utensílios, ar condicionado, bebedouro, ART, fotografias, uniformes, dianas e demais itens que complementam as despesas já constante	20134	0,10		UR	3.010,00	R\$ 301,00	R\$ 301,00
09.001.0001-1	Plantio de grama em pacas, tipo são carlos, cotação, larga e rasteiro agrofertil, inclusive compra e armazenamento no local de origem, carga, transporte, descarga e preparo do terreno	20135	1,02		MP	10.035,00	R\$ 10,35	R\$ 10,35
09.002.0001-0	Planta de árvore isolada até 2,00m de altura, de qualquer espécie, em logradouro público, inclusive transporte, farta prata (trigo) e cotação de madeira (lúcio), exclusivo e imprevisível da árvore	20136	1,00		MP	501,00	R\$ 501,00	R\$ 501,00

Processo: 0401844-18 Data: 23.05.18 Adm.legada-Assessoria Jurídica Matr. 114391 Folha: 47

SERVÍCIO DE APOIO TÉCNICO EM SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, PARA AUXÍLIO NA OPERAÇÃO DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES, PARQUES E JARDINS DO MUNICÍPIO DE NITERÓI

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	ELEMENTAR	QUANT. UNITÁRIA	UN.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	MAO-DE-OBRA DE SERVENTE PARA SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	20133	2,00			1.002,00	R\$ 4,37	R\$ 4.376,74
	MANUTENÇÃO DE ÁREA VERDE, PARQUE E JARDIM	20134	0,02				R\$ 0,00	R\$ 0,00
	MANUTENÇÃO DE ÁREA VERDE, PARQUE E JARDIM	20135	0,02				R\$ 0,00	R\$ 0,00
	ESTABALIZAÇÃO DE SEMENTES	20136	0,00				R\$ 0,00	R\$ 0,00
08.005.0001-0	Relevamento e desoneração da camada superficial de grama, até 20cm de profundidade	MAO-DE-OBRA DE SERVENTE PARA SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	20133	0,16	M²	10.036,00	1.365,60	R\$ 4,37 R\$ 7.016,47
08.005.0007-0	Rega de jardim ou gramado, com esguicho, usando água fiscal canalizada	MAO-DE-OBRA DE SERVENTE PARA SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	20133	0,20	M²	33.450,00	6.690,00	R\$ 4,37 R\$ 29.285,00
08.006.0020-0	Catação de papéis em gramados (100 vezes por ano)	MAO-DE-OBRA DE SERVENTE PARA SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	20133	1,00	M²	3.345,00	3.345,00	R\$ 4,37 R\$ 23.000,24
09.005.0024-0	Verredura em gramados (104 vezes por ano)	MAO-DE-OBRA DE SERVENTE PARA SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	20133	2,00	M²	3.345,00	6.690,00	R\$ 4,37 R\$ 36.441,25
09.005.0116-0	Poda de árvores, limpeza de galhos secos e retífica de parafusos	MAO-DE-OBRA DE SERVENTE PARA SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	20133	5,00	M²	2.500,00	12.500,00	R\$ 4,37 R\$ 54.750,00
17.012.0010-0	Capação interna ou externa sobre superfície lisa, em duas camadas, aditivando fixador	MAO-DE-OBRA DE PINTOR, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	20118	0,30	M²	6.000,00	1.800,00	R\$ 4,37 R\$ 6.555,00
		MAO-DE-OBRA DE SERVENTE DA CONSTRUÇÃO CIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	20132	0,10			600,00	R\$ 4,37 R\$ 2.186,00
17.017.0161-0	Repintura interna ou externa sobre madeira em bom estado com tinta sintética alquídica de uso geral, inclusive fixamento, limpeza e duas camadas de pintura com extensor	MAO-DE-OBRA DE PINTOR, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	20118	0,38	M²	11.700,00	4.340,00	R\$ 8,79 R\$ 30.671,36
		MAO-DE-OBRA DE SERVENTE DA CONSTRUÇÃO CIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	20132	0,15			1.766,05	R\$ 4,37 R\$ 7.873,94
17.017.0300-1	Pintura, interna ou externa sobre ferro corrugado e aço brilhante, inclusive fixamento, limpeza, uma camada de tinta sintética e duas camadas de acabamento	MAO-DE-OBRA DE PINTOR, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	20118	0,38	M²	8.845,00	3.289,00	R\$ 8,79 R\$ 11.172,97
		MAO-DE-OBRA DE SERVENTE DA CONSTRUÇÃO CIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	20132	0,19			636,65	R\$ 4,37 R\$ 2.777,35
17.017.0361-0	Repintura interna ou externa sobre ferro em bom estado, com tinta graxa em duas camadas após fixamento leve, limpeza, desengorduramento e fundo anticorrosivo na cor tinta de secagem rápida, ou utilizar diretamente sobre o metal tinta graxa de dupla ação	MAO-DE-OBRA DE PINTOR, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	20118	0,33	M²	2.500,00	827,64	R\$ 8,79 R\$ 7.274,96

Processo: 0401847118 Data: 23.05.18 Rúbrica: Folha: 48

SERVÍCIO DE APOIO TÉCNICO EM SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, PARA AUXÍLIO NA OPERAÇÃO DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES, PARQUES E JARDINS DO MUNICÍPIO DE NITERÓI

DENUMIRIA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	ELEMENTAR	QUANT. UNITÁRIA	UN	QUANT.	RELACAO QUANT.XHORAS	VALOR ELEMENTAR	VALOR TOTAL
	MAO-DE-OBRA DE SERVENTE DA CONSTRUÇÃO CIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	20132	0,16			401,28		R\$ 4,37	R\$ 1.763,68
17.018.0044-0	Repinilura com linta idem, classe Socio econômica (NBR 15070), para interior, sobre superfície em bom estado e não existente, inclusive limpeza, leve iluminação com lâmpada fina, uma camada de vedação e uma de acabamento							R\$ 617,00	R\$ 3.680,00
								R\$ 617,00	R\$ 3.680,00
								R\$ 617,00	R\$ 3.680,00
								R\$ 617,00	R\$ 3.680,00
	MAO-DE-OBRA DE PINTOR, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	20116	0,21			1.063,67		R\$ 6,79	R\$ 9.260,88
	MAO-DE-OBRA DE SERVENTE DA CONSTRUÇÃO CIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	20132	0,11			826,79		R\$ 4,37	R\$ 3.602,05
								TOTAL DA PLANILHA	R\$ 687.400,88
								BIN 20%	R\$ 137.480,16
								TOTAL GERAL	R\$ 194.921,08



Processo	Data	Rubrica	Folha
0401844f18	23.05.18	Lucimar S. Reis Souza Advogada-Assessoria Jurídica Matr. 114391	49

Ao Gabinete,

Para assinatura do TA 03/2018 ao contrato
03/2018.

Em 08/06/2018

Lucimar S. Reis Souza
Lucimar S. Reis Souza
Advogada-Assessoria Jurídica
Matr. 114391

1) Des Lucimar Reis

*Assinado, provisoriamente
à publicação*

08/06/18



**TERMO ADITIVO 01/2018 AO
CONTRATO Nº 03/2018, QUE ENTRE SI
FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE
NITERÓI, TENDO COMO GESTORA A
SECRETARIA MUNICIPAL DE
CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS
PÚBLICOS, E DO OUTRO A
SOCIEDADE EMPRESÁRIA TRINITY
COMÉRCIO SERVIÇOS E
MANUTENÇÃO LTDA., na forma abaixo:**

O MUNICÍPIO DE NITERÓI, tendo como gestora a SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS – SECONSER, representada pela SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS, Sr^a. DAYSE NOGUEIRA MONASSA, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade nº 0178680115-7, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 642.121.577-72, doravante denominada SECRETÁRIA, sendo a SECONSER sediada na Rua Avenida Visconde Rio Branco nº 11, Ponta D' Areia - Niterói – Rio de Janeiro, CEP: 24.020-970, inscrita a Prefeitura Municipal de Niterói no CNPJ sob o nº 28.521.748/0001-59, do outro lado, a empresa TRINITY COMÉRCIO SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Glisson Geraldo Guimarães, s/nº, Quadra B, Lote 01, Caixa D'Água, Rio Bonito, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 13.737.751/0001-37, neste ato representado pelo seu sócio administrador, Sr. UERLES DA SILVA MACEDO, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº 08.187.298, expedida pelo DETRAN/RJ, regularmente inscrita no CPF nº 980.735.917-15, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e convencionam, com base no decidido através do processo administrativo nº 040/00847/2018, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO para prorrogação do Contrato prestação de serviços nº 03/2018, com fulcro no artigo 65,§1º, da Lei Federal 8.666/93, e de acordo com o disposto na cláusula primeira do citado contrato de locação, pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Objeto - acréscimo de serviços: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o objeto do contrato ora aditado, a contar de 08/06/2018, conforme justificativas acostadas de fls. e despacho autorizativo da Sr.^a Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos, no supramencionado Processo Administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA - Recursos Orçamentários: As despesas com a execução dos acréscimos de que trata a cláusula anterior, correrão por conta do Programa de Trabalho nº 260115.452.0010.3017, Elemento de Despesa nº 3390.39, Fonte 108, com cobertura inicial através nota de empenho nº 000335/2018, no valor de R\$ 3.025.000,00 (três milhões e vinte e cinco mil reais).

As notas de empenho complementares relativas ao referido pagamento, serão emitidas oportunamente.



PREFEITURA
NITERÓI
CONSERVAÇÃO
E SERVIÇOS PÚBLICOS

Processo Nº: 0401844/18
Data: 23/06/18 Fls. 51
Responsável: Lucimara Reis Souza
Advogada: Assessoria Jurídica
Metr. 114391

CLÁUSULA TERCEIRA – Preço: Ao presente Termo Aditivo é dado o valor global de R\$ 824.881,06 (oitocentos e vinte quatro mil, oitocentos e oitenta e um reais e seis centavos).

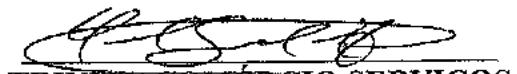
CLÁUSULA QUARTA - Ratificação das Cláusulas: Permanecem em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não modificadas pelo presente instrumento, inclusive quanto ao Foro eleito, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

CLÁUSULA QUINTA - Da publicação: O presente instrumento será publicado no órgão oficial da Municipalidade, em extrato, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, podendo a publicação ocorrer em até 20 (vinte) dias desta data, e, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação do extrato, remeterá cópia aos órgãos de controle interno e externo, conforme o caso.

E, por estarem as partes justas e acordadas, assinam o presente Termo em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas que também assinam.
Niterói, 08 de junho de 2018.



DAYSE NOGUEIRA MONASSA
Secretaria Municipal de Conservação e
Serviços Públicos – SECONSER



TRINITY COMÉRCIO-SERVIÇOS
E MANUTENÇÃO LTDA

TESTEMUNHAS:

1) _____



Thomas L. O. SOUZA



PREFEITURA
NITERÓI
CONSERVAÇÃO
E SERVIÇOS PÚBLICOS

Processo	Data	Rubrica	Folha
040/000847/2018	23/05/2018	Lucimar S. Reis Souza Advogada - Assessoria Jurídica	52

A Sra. Fernanda Souto, (**URGENTE**)

Para providenciar a publicação do **Termo de Aditivo nº01/2018 ao Contrato nº 03/2018**, que entre si fazem de um lado o Município de Niterói, tendo como gestora a Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos, e do outro a Empresa **Trinity Comércio Serviços e Manutenção LTDA**, após encaminhar para o setor de CPD para o lançamento no SIGFIS.

Em, 15/06/2018


LUCIMAR S. R. SOUZA
OAB/RJ 153.067

Processo:	Data:	Rubrica	Folhas
040/000847/2018	23/05/2018		54

Ao CPD,

Encaminho o p.p para inclusão no SIGFIS, após encaminhar ao Sr. Leandro Cecchetti para ciência e devido prosseguimento.

Niterói, 28 de Junho 2018.

Fernandes Souto

SECONSER.

AQ SUBSEC. LEANDRO

JÁ LANÇADO NO SIGFIS

em 12/07/18



Diego Alejandro
Mat. 114413
CPD/SECONSER



Processo	Data	Rubrica	Folha
040/847/2018	23/06/18	Rosana P.	55 fol.

Aos Departamento Jurídico.
Sem diretaçā, após laucauuló do SGB Fis.
Com: 12/07/18.

Leandro Alves Cecchetti
Subsecretário de Infraestrutura
e Logística
Matr. 124.307-70

A Subsecretaria de Infraestrutura e Logística
Para encaminhamento ao Setor competente.

D/ Lucimara Reis Souza
Advogada Assessora Jurídica
Matr. 114391

Com: 33/07/18.

Processo	Data	Rubrica	Folha
40 847 2018	23/06/18.	Roseop.	56 fls.

ao fiscal Lucas Genuino;
Para ciúma e acompanhamento.

Num: 106+18.


Leandro Alves Cecchetti
Subsecretário de Infraestrutura
e Logística
Matr. 124.307-70

Ao SENO SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

CLIENTE

EM 31/07/2018

